



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)
IV LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第IV-109期
I Série N.º IV-109

Data: 15 de Agosto de 2013

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados: Chui Sai On, Chefe do Executivo;
Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Cheong Kuoc Va, Secretário para a Segurança Superintendente-geral;
Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Fong Man Chong, Comissário contra a Corrupção;
Ho Veng On, Comissário de Auditoria;
Choi Lai Hang, Director-geral dos Serviços de Alfândega;
Alexis Tam Chon Weng, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;
Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;
Cecília Cheung So Mui, Chefe do Gabinete do Secretário para os

Assuntos Sociais e Cultura;
Francis Wong Chan Tong, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;
Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissariado da Auditoria;
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;
Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;
Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;
Leong Vai Tac, Membro do Conselho Executivo;
Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;
Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo; e
Goretta Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia:

Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário:

Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Acta:

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, Excelência, Srs. representantes do Governo, Srs. membros do Conselho Executivo, Srs. Deputados, caros amigos da comunicação social.

Vamos dar início à nossa reunião.

Boa tarde.

Hoje, está presente, neste plenário, o Sr. Chefe do Executivo, para responder às perguntas dos Srs. Deputados sobre políticas governamentais. Em primeiro lugar, vai usar da palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos anos, o Governo respondeu a alguns pedidos de funcionários, com a actualização do seu regime de carreiras,

vencimentos, subsídios etc., mas apesar disso, mantêm-se alguns dos velhos problemas. Por exemplo, o prémio de antiguidade de milhares de assalariados, pois segundo a lei vigente, o tempo de serviço é contado apenas a partir de 2007, portanto, não se conta o tempo de serviço efectivo na Função Pública. Assim, quem trabalha para Macau há mais de 20 e 30 anos tem apenas direito a um prémio de antiguidade contado de 2007 a 2012, os assalariados lutam já ao longo de muitos anos por tratamento igual ao que é dado aos funcionários do regime de aposentação e sobrevivência. Outro exemplo é o facto de os vencimentos dos funcionários terem já sido actualizados seis vezes desde o retorno à Pátria. Mas como o vigente regime de actualização de vencimentos limita o aumento do valor do índice, e como é baixo o índice dos trabalhadores das camadas mais baixas, o aumento real é menor, e assim, com o decorrer do tempo, é cada vez maior a diferença entre os vencimentos dos funcionários com índices mais altos e os funcionários das camadas mais baixas.

Este tratamento injusto do sistema da Função Pública facilita o surgimento de conflitos e a acumulação de queixas, prejudicando o ambiente de trabalho. Sr. Chefe do Executivo, qual é a sua opinião sobre o problema do prémio de antiguidade dos funcionários das camadas mais baixas? Como se resolve isto? Para resolver o problema da diferença entre vencimentos, que se torna cada vez maior, como se pode rever o mecanismo de actualização de vencimentos dos funcionários?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Agradeço a questão colocada pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Sr. Presidente,

Sr. Deputado Chan:

Quanto aos problemas que mais preocupam os funcionários públicos das classes de base, na realidade, o Governo de Macau, nomeadamente a nossa equipa governativa, tem acompanhado muito de perto esses problemas. Recentemente, eu e os meus colegas, a Sra. Secretária Chan e os responsáveis dos serviços da sua tutela, trocámos impressões com os próprios funcionários públicos e com os membros das associações de funcionários, tendo inclusive recebido pedidos seus. Estamos, portanto, muito atentos às suas solicitações.

No passado, antes e depois da transferência de soberania, como disse o Sr. Deputado Chan, foi produzida uma série de legislação e promovidas algumas melhorias das condições dos funcionários, com a aprovação da Assembleia Legislativa. Foram abordadas matérias sobre o Regime do Fundo de Previdência e sobre a Lei n.º 2/2001, ou seja, o regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família. Mas, antes disso, quero esclarecer que há que distinguir entre o tempo de serviço prestado e o tempo de desconto efectuado para efeitos de aposentação. Por outro lado, sem dúvida que a Assembleia Legislativa também tem feito muito trabalho em relação a estas questões, sempre conseguindo chegar a um acordo com o Governo, no fim, para que possa haver avanços sobre estas matérias. Por exemplo, se não estou em erro, o prémio de antiguidade já passou de 190 patacas para 500 patacas. Portanto, existe efectivamente um grande avanço.

Recentemente, devido à inflação, os funcionários das classes de base têm sentido uma grande pressão económica. Relativamente ao

Regime de Aposentação e Sobrevivência, foi criado, em alternativa, em 2006, 2007, o Fundo de Previdência, para que os trabalhadores da Função Pública que não estejam abrangidos pelo Regime de Aposentação e Sobrevivência possam ser integrados no novo regime do Fundo de Previdência, resolvendo assim esta questão. Relativamente a alguns problemas de injustiça no seio da Função Pública, temos vindo a prestar muita atenção, sendo alguns de longa data e complexos, mas, de qualquer maneira, somos Governo e, como tal, não podemos deixar de os enfrentar. Portanto, aproveitamos esta oportunidade para dizer aos Srs. Deputados que iremos acelerar os trabalhos de análise e de estudo para encontrar as possíveis soluções para as questões que mais preocupam os funcionários públicos.

Por outro lado, ultimamente, temos recebido opiniões vindas não só de organismos associativos de funcionários, mas também dos Srs. Deputados, sobre as dificuldades económicas dos funcionários das classes de base. Estamos atentos e temos procurado soluções para aliviar a pressão económica, em prol dos funcionários das classes de base ou com especiais necessidades, estudando propostas a apresentar à Assembleia Legislativa para ajustamento dos montantes de uma série de subsídios e compensação de horas extraordinárias efectuadas, para elevar os rendimentos dos referidos funcionários públicos. Outras medidas e propostas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Administração das classes de base estão também a ser estudadas, de forma acelerada, no âmbito da tutela da Sra. Secretária Chan, pensando, portanto, que, se não for possível a resolução definitiva de todos os problemas de uma só vez, eles irão sendo gradualmente solucionados ao longo do tempo.

Globalmente falando, os funcionários públicos são os mais valiosos recursos do Governo da RAEM e constituem uma sólida base para a execução da nossa acção governativa. O Governo tem prestado a máxima atenção aos problemas das remunerações e regalias dos seus trabalhadores e continua empenhado na contínua revisão e aperfeiçoamento do respectivo regime legal para dar resposta aos diversos pedidos concretos, de forma razoável. Para o efeito e com o objectivo de promover a justiça em termos de rendimentos dos funcionários públicos em geral, temos vindo a adoptar medidas versáteis, esperando que o objectivo delineado possa ser cabalmente atingido, futuramente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ho Sio Kam: Obrigada Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

O próximo ano vai marcar o 15.º ano do estabelecimento da RAEM. Ao longo de mais de 10 anos podem constatar-se alguns resultados no desenvolvimento da política, da economia, da cultura, e da educação. Para manter a competitividade e a vantagem do desenvolvimento sustentável, é bastante importante a formação de talentos, que depende de políticas de educação prospectivas e de um bom sistema educativo. Para além da implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, o próximo objectivo importante consiste na elevação integral da qualidade do ensino, a fim de formar mais quadros qualificados.

Sr. Chefe do Executivo, para a elevação integral da qualidade do ensino, quais são as políticas prioritárias na área da educação para o próximo ano, nomeadamente, no âmbito dos ensinos superior e

básico e da educação de adultos? Qual é o rumo de desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

No próximo ano, comemora-se o 15.º aniversário da criação da RAEM. Ao longo dos 15 anos de governação, o Governo tem dado sempre muita importância às questões da educação, afectando avultados recursos a esta área e tendo conseguido uma certa elevação da sua qualidade.

Em relação às perguntas colocadas pela Sra. Deputada Ho Sio Kam, vou procurar dar-lhe uma resposta concreta.

Em primeiro lugar, quanto ao ensino não superior, já está implementado o ensino não superior gratuito e universal, de 15 anos, e foi aprovado o Regime Jurídico do Ensino Particular Não Superior, apostando-se ainda na constituição de turmas pequenas. Presentemente, podemos dizer que todos os que estão em idade escolar têm oportunidade de acesso ao ensino, graças ao já implementado sistema de ensino não superior, gratuito e universal, de 15 anos. Ainda sobre esta matéria, penso que, para todos nós, além de nos preocuparmos com a questão da quantidade, a qualidade é também um factor muito importante a considerar. No que concerne à questão da qualidade, muitos dos Srs. Deputados e individualidades da área do ensino estão preocupados e têm-me alertado para o problema do nível relativamente elevado de reprovação dos estudantes, razão por que temos de agir, procurando soluções para a melhoria do desenvolvimento do ensino local.

Portanto, a nível do ensino não superior, tendo por base os sólidos alicerces que se desenvolveram durante vários anos, considero que temos de intensificar o acompanhamento e investimento nesta área de ensino, não só da parte do Governo, mas também dos estabelecimentos de ensino, no âmbito administrativo, da formação e da reciclagem do pessoal docente, e dos encarregados de educação, para darem um melhor apoio aos seus educandos. A entrada em vigor do Regime Jurídico do Ensino Particular Não Superior determina a formação contínua do pessoal docente, sendo isto muito importante para adquirir conhecimentos sobre os modernos métodos pedagógicos, com o intuito de melhor educar as futuras gerações. No que toca aos apoios prestados aos estabelecimentos de ensino, iremos reforçar as nossas ajudas no âmbito dos recursos de equipamentos e humanos, de acordo com as necessidades do ensino moderno.

Uma outra questão está relacionada com o ensino recorrente. Acho que é muito importante, pois proporciona uma segunda oportunidade aos residentes de Macau que ainda não tenham concluído o ensino primário/secundário. Assim, devido a múltiplas razões, muitas pessoas locais não tiveram oportunidade para concluir os seus estudos primários e/ou secundários, sendo esta questão também muito importante. A conclusão do ensino primário/secundário é um factor absolutamente básico para se poder progredir em termos profissionais, além de permitir a candidatura ao

ensino superior. Iremos, portanto, empenhar-nos também no reforço desta área.

Quanto ao ensino superior, como todos sabemos, o Campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, já está basicamente concluído, e irá ser gerido pelo Governo da RAEM, nos termos da legislação vigente. Posteriormente, irá ser feita a mudança para as novas instalações na Ilha de Hengqin. Em relação às antigas instalações da Universidade de Macau, irão ser reaproveitadas para fins comerciais e habitacionais, proporcionando novas funções em prol da população local.

Sobre o ensino superior, há momentos, foram abordadas questões em duas vertentes, estando uma relacionada com a formação de pessoal para garantir a diversificação adequada da economia local, tendo a outra a ver com o desenvolvimento do nível do ensino superior, em termos globais. Portanto, não importa apenas o factor quantidade, mas também o factor qualidade. Em Macau, após a conclusão do ensino secundário, há uma percentagem muito elevada de estudantes que prosseguem os seus estudos superiores, portanto, quem tem vontade de estudar tem muitas possibilidades de tornar reais as ambições de prosseguir os seus estudos.

Além de prestar apoio à Universidade de Macau, o Governo tem negociado com todos os outros estabelecimentos de ensino superior, no sentido da formação do pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento futuro do território.

No que diz respeito à formação contínua, o Sr. Secretário Cheong U já disse que ia continuar, após concluída a primeira fase. Penso, portanto, que este projecto irá continuar a figurar no Relatório das Linhas de Acção Governativa do próximo ano. Acho ainda que deve haver sempre uma avaliação sobre qualquer novo projecto lançado e que se deve procurar sempre uma melhor forma para melhor servir a população de Macau.

Globalmente falando, em relação à política de educação, ou seja, um dos pontos mais importantes da acção governativa, acho que devem ser aplicados mais recursos na área da educação, especialmente no ensino não superior, recorrente e superior, e na formação contínua. Penso que, para além das bases já consolidadas no passado, o apoio prestado à educação, através da aplicação de investimentos e da adopção de políticas adequadas, poderá proporcionar melhores condições às entidades e organizações associativas da área do ensino, para formarem mais e melhores recursos qualificados e adequados ao desenvolvimento diversificado do território.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Segundo uma nota de imprensa, o Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam, referiu há dias que a renovação do contrato exclusivo do jogo ia começar a ser estudada em 2015. Esta

afirmação despertou a atenção da sociedade e suscitou grande discussão. O sector do jogo é uma indústria com história, é o sector que orienta o futuro desenvolvimento de Macau, para além disso, o posicionamento de Macau foi definido no Plano de Desenvolvimento do Estado como centro de turismo e lazer a nível mundial, assim sendo, é muito importante planear bem o desenvolvimento deste sector predominante. A bem da discussão pública e da recolha do contributo de todos, solicito ao Sr. Chefe de Executivo que aproveite aqui algum do seu tempo para falar sobre as macropolíticas a adoptar em relação a esta matéria.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Agradeço a pergunta do Sr. Deputado Chan Chak Mo. O jogo pode ser considerado o sector predominante de Macau. Acho que todos sabem o peso que o sector do jogo representa para o Produto Interno Bruto de Macau. Por outro lado, as receitas do jogo também constituem a fatia de leão das receitas públicas e representam uma base sólida de financiamento público para que o Governo possa adoptar políticas para a melhoria das condições de vida da população e da segurança social. No passado, após a liberalização do jogo, o desenvolvimento da nossa economia acelerou substancialmente, sendo evidente a contribuição do sector do jogo na respectiva evolução. Penso que, num futuro próximo, o jogo vai continuar a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento económico do território.

Há instantes, o Sr. Deputado Chan falou do papel de Macau como centro de turismo e lazer a nível mundial e como plataforma de serviços para os países de língua portuguesa, no âmbito económico e comercial. Assim, embora o sector do jogo tenha alcançado resultados económicos muito notáveis no passado, também tem trazido alguns problemas, como disseram alguns especialistas na matéria, pelo facto de o desenvolvimento do jogo poder ter trazido alguns efeitos negativos ao desenvolvimento de outros sectores de actividade económica. Penso, portanto, que é a altura própria para promover alguns estudos, encomendando à Universidade de Macau trabalhos de investigação sobre a evolução do território, ao longo dos últimos dez anos, para procurar conhecer, do ponto de vista macroeconómico, os impactos provocados pelo desenvolvimento do sector do jogo, durante o referido período. Neste momento, o sector do jogo já possui uma dimensão significativa e creio que, após a conclusão dos grandes empreendimentos em terrenos concedidos pelo Governo às diversas operadoras, em 2016, a respectiva dimensão será ainda maior do que a actual.

Contudo, ao atingir uma certa e considerável dimensão, em termos do nível de actividade do sector do jogo, temos que nos acautelar em relação ao problema da coordenação entre o desenvolvimento económico e a definição da respectiva posição de desenvolvimento. Falámos, há momentos, sobre a criação de um centro e de uma plataforma. Espero, portanto, que, além de termos o sector do jogo como pilar do desenvolvimento económico, outras componentes não jogo possam ser fomentadas no futuro, constituindo um sistema integrado e diversificado, incluindo o sector hoteleiro, da restauração, do comércio a retalho, entre outros, que

foram dinamizados, graças ao elevado nível de actividade do jogo, nos últimos anos.

Por outro lado, como é que poderemos aproveitar o desenvolvimento do jogo para promover a diversificação da economia do território, uma vez que esta actividade, além de já ter um peso muito elevado na estrutura económica de Macau, possui um elevado número de trabalhadores ao seu serviço e constitui a principal fonte de receitas públicas? Espero, portanto, que o desenvolvimento do sector do jogo possa continuar firmemente, bem como outros sectores, promovendo, de alguma forma, a diversificação económica local e proporcionando melhores condições em prol do futuro de Macau.

No que diz respeito ao problema do prazo dos contratos para a exploração exclusiva do jogo, já anteriormente o Sr. Secretário Tam Pak Yuen disse, publicamente, que o ano de 2015 era o momento adequado para começar a estudar estes contratos. Todos sabemos que os prazos terminam em 2020 e em 2022, por isso, temos ainda tempo para estudar melhor este assunto. Portanto, vamos prestar muita atenção à questão dos contratos. Além disso, penso que é também muito importante criar condições para proporcionar oportunidades aos recursos qualificados locais, para a sua ascensão profissional, especialmente para os níveis de direcção e de gestão, esperando que as operadoras de jogo os possam aproveitar para desempenhar funções de maior responsabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O que pretendo dizer incide sobre a questão da habitação. Hoje em dia, os preços das habitações privadas estão fora do alcance da população em geral, estando toda a gente à espera de uma habitação pública. Alguns cidadãos com rendimentos baixos já falaram comigo sobre as condições de acesso à habitação social, dizendo que reúnem todas as condições de acesso à habitação social, exceptuando a posse de bens não superiores a 160.000 patacas. Por outro lado, para uma pessoa poder participar no concurso para aquisição de habitação económica, é necessário ter, no mínimo, mais de 7.000 patacas de rendimento mensal. Por isso, resta-lhe o arrendamento, pagando mais de metade do seu salário, acusando, por isso, o Governo de ignorar constantemente as suas dificuldades.

Pretendo, então, colocar a seguinte questão: quando o Governo definiu algumas condições de acesso à habitação pública, será que teve o cuidado de reflectir sobre algumas situações concretas? Será que o Governo já pensou em rever o conteúdo legal da Lei da Habitação Económica, face a estes casos? Em relação aos agregados familiares que não reúnem condições para se candidatarem a uma habitação pública, quer económica quer social, e que não dispõem de recursos para arrendar uma casa particular, pergunto, será que o Governo pensou na forma de os ajudar? Ainda sobre a questão da habitação económica, havendo algumas famílias com rendimentos médios, que não só não satisfazem as condições de acesso a uma habitação económica, mas também não têm condições económicas para adquirirem ou arrendarem uma habitação privada, como é que o Governo os vai ajudar? Espero que o Sr. Chefe do Executivo possa responder a esta minha pergunta.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

O Governo da RAEM tem prestado muita atenção à questão da habitação da população, em geral. Nos últimos três anos, o Governo esforçou-se muito em construir habitação pública. As 19.000 unidades de habitação pública irão continuar a ser construídas, progressivamente.

Quanto à pergunta da Sra. Deputada Kwan, vou responder sob dois ângulos de vista. Em primeiro lugar, a habitação pública tem sido pautada pela predominância da habitação social sobre a habitação económica. O acesso a esta última é limitado e tem limites, máximo e mínimo, de rendimento para candidatura, enquanto o concurso para a habitação social apenas impõe aos respectivos concorrentes condições de limite máximo de rendimento. Como todos sabemos, os limites, máximo e mínimo, fixados nos concursos para habitação económica foram aprovados pelo plenário da Assembleia Legislativa, após efectuada uma consulta à opinião pública e depois de discutida a respectiva proposta de lei na Comissão. Penso que nenhum sistema consegue satisfazer todas as necessidades e, como tal, após um certo período de vigência, deve ser revisto. Esta situação não acontece apenas em Macau, podendo também acontecer em qualquer outro país ou região, por conseguinte, é um assunto que merece maior estudo. Em segundo lugar, além das habitações sociais, económicas e particulares, temos ainda um tipo de habitação vulgarmente chamado “terras de Macau para gente de Macau”. Ainda em relação à habitação económica, a última revisão das condições de acesso à habitação económica permitiu que mais de 80% da população local fosse abrangida. Por outro lado, o Sr. Secretário Lau já mandou fazer muitos estudos sobre o assunto e penso que é altura de promover uma avaliação e de se fazer uma eventual revisão, porventura para estabelecer condições de acesso menos exigentes às habitações económicas. De qualquer maneira, como as condições de acesso foram estabelecidas em 2011, através da Lei n.º 10/2011, penso que a sua avaliação e eventual revisão deve ser efectuada, se for caso disso, após de realizada uma nova avaliação da situação global actualizada do mercado imobiliário.

Mas, antes da análise sobre a situação actual do mercado imobiliário, devemos preocupar-nos com a questão dos terrenos. Havendo uma grande oferta de terrenos destinados quer à habitação pública quer à privada ou as chamadas “terras de Macau para gente de Macau” e se houver um equilíbrio entre a oferta e a procura, entretanto, iremos, em 2015, conquistar mais terrenos ao mar. É isso que estamos a fazer, portanto, podemos promover mais estudos sobre esta matéria.

Contudo, também compreendo que, após as conversas havidas com a Sra. Deputada Kwan, muitos jovens e muitos cidadãos que não têm capacidade económica para adquirir uma habitação própria desejam que as condições de acesso à habitação económica passem a ser menos exigentes, de modo a abranger, dentro do possível, uma maior percentagem da população local. De facto, isto é compreensível, pois também já fui jovem, mas, no passado, os jovens viviam em casa dos pais e só depois, mais tarde, é que ansiavam por uma casa, tendo, portanto, menos pressa para ter casa

própria. Hoje em dia, a mentalidade é outra e os jovens querem ter casa própria o mais rapidamente possível.

Nesta altura, a questão é a existência de expectativa e o modo como a podemos satisfazer. Penso que é um problema de eventual existência de terrenos disponíveis. Considero, por isso, que é muito importante a questão dos aterros e dos estudos sobre a questão “terras de Macau para gente de Macau”. Este assunto está a ser estudado por duas Universidades locais, a pedido do Sr. Secretário Lau, sendo divulgados os respectivos relatórios logo que os mesmos estejam concluídos, para efeitos de lançamento de uma consulta à opinião pública sobre este tema. Já ouvi muitas opiniões e sugestões, havendo quem seja a favor e quem seja contra. Os que são contra, argumentam que a habitação económica se destina apenas às gentes locais e, por isso, não vêem motivo para ser criada uma nova modalidade de habitação denominada “terras de Macau para gente de Macau”, que poderá trazer eventuais impactos sobre o mercado imobiliário local. Em tempo de vacas gordas, esta nova modalidade é boa para todos, mas, quando os tempos são maus, talvez a situação seja outra. Criam-se ainda questões de concorrência e de justiça. Portanto, acho melhor aguardar pela conclusão dos relatórios e pela realização da consulta à opinião pública para se conhecerem as opiniões da população local.

De facto, compreendo perfeitamente a vossa preocupação sobre os limites máximo e mínimo para o concurso de habitação económica, mas estes estão fixados na lei que regulamenta esta matéria e só poderão ser eventualmente revistos, posteriormente, em altura própria. De qualquer maneira, penso que o mais importante é a questão dos terrenos, pois muitos amigos meus já me falaram sobre isso e perguntaram-me se os terrenos baldios poderão ou não ser transformados em terrenos destinados à habitação pública. Presentemente, há 28 lotes de terrenos baldios, tendo sido desencadeado o respectivo processo de reaproveitamento. Por outro lado, muitos amigos e organizações associativas já me perguntaram também pelo destino do terreno localizado em frente ao aeroporto. Quanto a este caso, já falei com os meus assessores jurídicos e com o Sr. Secretário Lau e a situação actual é que estamos perante um processo judicial com o Governo, que declara a sua pretensão para reaver o terreno. Neste momento, não há... presentemente, o Governo ainda não atribuiu qualquer finalidade ou destino àquele terreno, pois tal só poderá ser feito depois de concluído o processo judicial em curso.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo.

A população quer que o Governo mude a sua forma tradicional de actuação e a sua cultura de gestão, e as suas reivindicações relativas à construção de um Governo responsável e orientado para os serviços também são cada vez mais fortes. O sistema político de Macau assenta na predominância do poder executivo, por isso, este raramente é limitado e supervisionado por outros poderes e, para além disso, nunca existiu uma cultura de responsabilização nos serviços públicos. Na minha opinião, o regime de responsabilização é um dos passos importantes para o progresso político, e um meio importante para se alcançar a situação de Governo responsável, sujeito à lei e democrático.

A responsabilização dos dirigentes do Governo resulta da delegação de competências. Este terceiro Governo já começou a promover a criação do regime de responsabilização através da definição de normas sobre as responsabilidades dos dirigentes, foram mesmo elaborados e divulgados, em 2009 e 2010, vários diplomas relativos ao regime de responsabilização dos titulares do Governo, os quais servem de base legal para a criação do regime de responsabilização.

Sr. Chefe do Executivo. Nestes últimos anos, quais foram os resultados alcançados no âmbito do desenvolvimento do regime de responsabilização? Para prevenir actos de incumprimento de funções ou de incompetência dos dirigentes do Governo, é necessário evitar a burocracia, aplicar sanções às infracções administrativas relativas a abusos de poder e irresponsabilidade, e ainda acabar com a omissão de actos administrativos indispensáveis; e quanto à efectivação das responsabilidades, é necessário dar importância à fase de execução e também às fases de decisão e supervisão. Tudo isto está intimamente ligado com o regime de responsabilização. Sr. Chefe do Executivo, qual é a sua opinião sobre isto?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Agradeço a pergunta do Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

No que diz respeito ao regime da responsabilização dos governantes da RAEM, incluindo os titulares dos principais cargos, dirigentes e chefias, após o retorno à Pátria, foi publicada uma série de diplomas legais relativos à matéria da responsabilização dos funcionários públicos de vários níveis, criando-se assim um sistema jurídico de responsabilização dos trabalhadores da Função Pública.

Logo após a transferência de soberania, entrou em vigor a Lei n.º 2/1999, relativa às Bases da Orgânica do Governo, nela se determinando expressamente que os titulares dos principais cargos se responsabilizam perante o Chefe do Executivo. Por outro lado, o Regulamento Administrativo relativo à Organização, Competências e Funcionamento das Entidades e Serviços Públicos define as áreas de governação de cada um dos cinco Secretários, moldando assim o quadro da responsabilização dos titulares dos principais cargos. Decorridos mais de dez anos de experiência acumulada nesta matéria, foi ainda promulgado o Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos, definindo-se os seus deveres e determinando-se claramente a sua responsabilização política perante o Chefe do Executivo, constituindo esta o conteúdo essencial do regime de responsabilização, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil, criminal, administrativa ou financeira, caso a estas haja lugar.

Neste momento, penso que todos estão particularmente atentos a esta questão da responsabilização dos titulares dos principais cargos. De acordo com o regime em vigor, se algum dos titulares dos principais cargos praticar algum acto e depois surgir algum problema da sua decisão, pois bem, por exemplo, pode aquele pedir simplesmente desculpa ou até a demissão. Uma outra situação é a possibilidade de o Chefe do Executivo apresentar uma proposta de termo das suas funções. Temos reflectido sobre este regime e já temos alguma experiência sobre o seu funcionamento, ao longo destes anos, procurando o respectivo aperfeiçoamento. Há sempre outras soluções, mas temos vindo a acompanhar este problema.

Ainda quanto ao conteúdo do regime de responsabilização, temos vindo também a aprofundar o seu conhecimento, em termos da relação com o sistema político da RAEM e respectivo funcionamento global. Assim, deve ser evitado que este regime não constitua um factor negativo que possa causar eventuais perturbações à harmonia social do território e à governação, nos termos da lei. Por isso, além do regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, devemos também definir um regime legal para os funcionários públicos do nível de direcção e chefia.

A longo prazo, devemos procurar regular as matérias da responsabilização dos altos funcionários públicos, integrando-os no regime de gestão do desempenho, promovendo assim a avaliação do desempenho dos dirigentes e chefias, através de critérios e mecanismos científicos. Os Serviços de Administração e Função Pública e o Gabinete de Estudos irão empenhar-se no estudo sobre os princípios fundamentais, a base de avaliação, a organização, o sistema de indicadores, os procedimentos e o funcionamento para conceber o respectivo projecto e eu espero que o mesmo seja concluído durante este ano, de acordo com as Linhas de Acção Governativa previamente definidas.

Noções de responsabilidade e cultura de responsabilização são factores que promovem o aperfeiçoamento da atitude do Governo, elevando os objectivos da sua acção governativa. Temos adoptado uma boa atitude dinâmica para encarar esta questão e compreendemos a preocupação da sociedade em relação à mesma matéria, esperando que o Governo consiga um dia adquirir uma nova cultura de responsabilização e para isso temos estado não só a adquirir a necessária experiência, mas também a empenhar-nos na execução dos respectivos trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo.

Após os esforços envidados pela Assembleia Legislativa e pelo Governo, várias propostas de lei, tais como, a Lei de Terras, Lei do planeamento urbanístico, Lei de salvaguarda do património cultural, Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção e Lei da actividade de mediação imobiliária conseguiram, finalmente, ser aprovadas na especialidade antes do termo desta legislatura. Isto significa que, no futuro, Macau vai dispor de critérios e normas rigorosas para o aproveitamento de terrenos, para o planeamento urbanístico, compra e venda de imóveis, etc.. No entanto, Sr. Chefe do Executivo, como é que as futuras leis vão articular-se com as leis recém-aprovadas, surtindo os devidos efeitos complementares, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico e satisfazendo o posicionamento definido para Macau como centro mundial de turismo e lazer, com vista a permitir que todos os sectores sociais as conheçam com antecedência para que possam preparar-se para a respectiva adaptação?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Gestão de terrenos, planeamento urbanístico, preservação do património cultural e regulamentação das actividades imobiliárias são factores que têm impacto no desenvolvimento sustentado de Macau e que merecem grande atenção da sociedade local. O Governo tem dado muita importância às solicitações dos diversos sectores de actividade económica, tendo lançado uma série de propostas de diplomas legais em prol do avanço da sociedade, em consonância com o desenvolvimento global da cidade de Macau. Assim, a revisão da Lei de Terras garante a utilização eficaz e racional dos terrenos e a elaboração do planeamento urbanístico permite a coordenação da distribuição de recursos na área do território de Macau, enquanto a definição da Lei do Património Cultural irá promover as acções de protecção do património cultural de Macau. Há instantes, o Sr. Deputado falou sobre a promoção da legislação vigente, através do esclarecimento sobre o respectivo conteúdo junto dos profissionais do sector e promovendo estudos abrangentes sobre o cálculo dos prémios de concessão de terrenos e regime do seu aperfeiçoamento. Esperamos que, antes de Outubro de 2013, esteja concluída a revisão periódica e o ajustamento dos factores de cálculo dos prémios de concessão de terrenos para serem publicados em *Boletim Oficial*.

A proposta de Lei de Terras e legislação complementar inclui, como matérias, a constituição e levantamento de reservas de terrenos, a contribuição especial devida pela renovação das concessões por arrendamento, definitivas e onerosas, os prémios de concessão de terrenos, o concurso público e os procedimentos electrónicos. Em relação ao planeamento urbanístico, vai ser possível uma coordenação da distribuição dos recursos pela cidade, promovendo o seu desenvolvimento sustentado. Os serviços envolvidos estão, neste momento, a elaborar a proposta de lei e respectivos diplomas legais complementares, incluindo o Regulamento Administrativo sobre a Comissão do Planeamento Urbanístico, o Regulamento Administrativo para a Regulamentação da Classificação e Finalidades de Terrenos e outros diplomas complementares, para serem posteriormente apresentados para aprovação. Quanto à produção da Lei do Património Cultural, relativa à promoção de medidas de salvaguarda do património cultural local, está a mesma a ser conduzida em consonância com o trabalho de elaboração da Lei do Planeamento Urbanístico e das políticas de protecção ambiental. No que se refere à área de construção urbana, está em curso a revisão da respectiva legislação, incluindo o Regime Jurídico da Construção Urbana, o Regime Jurídico de Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação para o Exercício de Funções Profissionais nos Domínios da Construção Civil e do Urbanismo e o Regulamento de Segurança contra Incêndios. São estes os diplomas complementares antes mencionados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Chan Mei Yi.

Chan Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Depois do retorno à Pátria, quase todas as obras públicas de grande envergadura orientadas pelo Governo ultrapassaram gravemente o orçamento inicial, nomeadamente, os estádios para os

Jogos da Ásia Oriental, o Terminal Marítimo de Pac On, o *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, o Metro Ligeiro, etc.. Os valores em causa são bastante elevados, até mesmo assustadores, situação que é muito rara no resto do mundo.

Sr. Chefe do Executivo, no que respeita às obras públicas de grande envergadura, estão sempre a ser ultrapassados os orçamentos iniciais. Sr. Chefe do Executivo, quando é que vai implementar o sistema de gestão de desempenho do Governo, nomeadamente o regime de responsabilização dos altos dirigentes? Há pouco, o Sr. Chefe do Executivo disse que o plano preliminar foi já concluído e que se prevê que este vai ser implementado neste ano. De facto, o Sr. Chefe do Executivo acha que a eficiência administrativa dos altos dirigentes é muito lenta? Hoje é o último dia desta sessão legislativa da Assembleia Legislativa, há ainda muitos problemas sociais que ainda não foram resolvidos, muitos altos dirigentes não actuaram de acordo com as acções governativas que o Sr. Chefe do Executivo definiu. Cito um exemplo. Tenho uma carta na minha mão enviada pelos moradores e vendedores da Rua da Emenda, na qual se manifesta a voz das suas reivindicações. O Sr. Chefe do Executivo referiu que ia inteirar-se da situação, muito embora, até ao momento, ninguém o tenha feito. Nem sequer há qualquer proposta para melhoria da situação. Espero que o Sr. Chefe do Executivo designe um serviço público para se inteirar das dificuldades destes moradores e acelerar a resolução dos problemas com que se deparam.

Obrigada Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Em primeiro lugar, em relação a esta carta sobre a Rua da Emenda, peço que ma entregue e logo iremos procurar tratar desse caso. Já recebi muitas opiniões e sugestões, julgando que, após ser ajustada a proposta inicial, foram ainda recebidas muitas opiniões sobre o mesmo assunto. Após o retorno à Pátria, nos últimos 14 anos, constata-se que muitas foram as opiniões sobre as despesas realizadas pelo Governo, especialmente no que diz respeito ao orçamento dos grandes empreendimentos e despesas efectivamente realizadas, sendo evidente que também houve muitas alterações nos projectos, mas sempre de acordo com a lei. De forma global, podemos dizer que elaborámos bem os orçamentos dos grandes empreendimentos, havendo sempre lugar a revisões. No futuro, iremos continuar a elaborar os nossos orçamentos de forma rigorosa, especialmente no que concerne aos grandes empreendimentos.

Por outro lado, o Governo já deu início ao processo de revisão da Lei do Orçamento, exigindo os Serviços de Finanças, a partir do corrente ano, a apresentação de informações mais pormenorizadas aquando da elaboração das propostas de realização de obras de grande envergadura, submetendo-as à Assembleia Legislativa para aprovação. O Comissariado de Auditoria também irá reforçar as suas acções de supervisão dos orçamentos e gastos efectivamente realizados, relativamente a obras públicas, introduzindo novos métodos de trabalho, ou seja, uma auditoria prévia faseada. Irá ainda efectuar uma auditoria permanente aos projectos plurianuais. Além disso, realizámos alguns melhoramentos, nomeadamente, o reforço da análise científica dos orçamentos, uma intensificação do diálogo técnico entre os serviços utilizadores das infra-estruturas e as unidades de design do projecto e responsáveis pela sua construção, adopção de medidas rigorosas de gestão financeira pública, intensificação dos mecanismos de controlo interno, etc... Por conseguinte, depois de todos estes anos de experiência que acumulámos, após efectuada uma avaliação e definida uma série de

melhoramentos, espero que, no futuro, consigamos atingir os resultados que todos desejamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Numa conferência que teve recentemente lugar em Macau, o vice-presidente da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma afirmou que, em 2015 ou 2016, vai avançar a liberalização integral do comércio e dos serviços entre a China e Hong Kong e Macau, ou seja, as empresas destas regiões passam a ter os mesmos benefícios que as da China. Segundo o mesmo, pretende-se que essa liberalização seja antecipada um a dois anos, começando por Guangdong.

Creio que muitas PME de Macau têm a expectativa de entrar no mercado da China, especialmente as que pretendem “criar uma marca de Macau, aumentar a sua qualidade e nível, e avançar com a sua reconversão profissional”.

Sr Chefe do Executivo, de que políticas e medidas dispõe para apoiar as PME na sua entrada no mercado da China? Vai avançar com planos de apoio para criar oportunidades para as empresas locais?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Kou Hoi In.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

O Governo da RAEM tem prestado o máximo apoio às pequenas e médias empresas, esperando que possam aproveitar as oportunidades de desenvolvimento no Interior da China, bem como concretizar o objectivo estratégico de conquistar mercados do exterior. Para o efeito, o Governo tem organizado e proporcionado apoio financeiro às pequenas e médias empresas locais na participação de diversas actividades de natureza económica e comercial do Interior da China. No primeiro semestre do corrente ano, foram apoiados mais de 30 eventos realizados quer no Interior da China quer no estrangeiro. Por outro lado, também foi dado apoio à organização da Semana Dinâmica de Macau no Interior da China, para promoção de produtos e serviços de Macau, em 12 cidades da China Continental. Por sua vez, com o apoio do Governo de Macau, dado anualmente, diversas cidades e províncias do Interior da China vêm a Macau realizar acções de divulgação comercial para proporcionar aos empresários locais mais conhecimentos sobre as oportunidades de negócios e para que seja valorizado o papel de plataforma de serviços desempenhado por Macau.

Prestação de apoio para a criação de marcas de Macau, apostando na promoção dos produtos e serviços de Macau, introduzindo o “Macao Ideas” e o Pavilhão de Macau junto da população do Interior da China e reforçando o comércio electrónico, são, portanto, as oportunidades de negócios que procuramos proporcionar às nossas pequenas e médias empresas para conquistar o mercado chinês.

Ainda quanto à prestação de apoio e ao aumento da capacidade competitiva, temos dado muita importância à formação, às actividades de intercâmbio e ao reforço dos serviços de consultadoria em questões de intermediação destinadas às pequenas e médias empresas locais. Por outro lado, temos dado continuidade aos planos de apoio financeiro a favor das pequenas e médias empresas, reforçando a sua competitividade. Além disso, temos desenvolvido esforços no sentido do aperfeiçoamento do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau e seus anexos, permitindo às nossas empresas beneficiarem em pleno das medidas preferenciais estabelecidas no Acordo, especialmente no que se refere à área de liberalização do comércio e serviços entre Guangdong e Macau. É ainda prestado apoio ao aproveitamento de oportunidades no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, a favor das empresas locais.

Aproveito esta oportunidade para falar do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau que tem cativado, nos últimos tempos, a atenção de muitas pessoas. Foi salientado pelas autoridades de Guangdong que a cooperação entre as duas localidades se concentra em dois pólos de desenvolvimento, Ilha de Hengqin de Zhuhai e Nansha de Cantão. Portanto, existe uma enorme vontade em que haja participação e investimento de Macau nos dois supramencionados projectos. Relativamente à Ilha de Hengqin, já são conhecidas as decisões, quais sejam, a construção do novo Campus da Universidade de Macau, com uma área de 1,09 km², e a construção do Parque Industrial de Cooperação entre Guangdong e Macau, com 5 km². Foi ainda criada a Comissão de Avaliação dos Projectos para o Parque, para efeitos de captação de investimentos.

Para apoiar a entrada no Parque das empresas de pequena e média dimensão e após estudos efectuados pela equipa de trabalho do Sr. Secretário Tam, o Governo e as empresas de maior dimensão devem proporcionar ajudas às pequenas e médias empresas para a sua participação no projecto da Ilha de Hengqin. Já anteriormente muitos empresários locais manifestaram a sua preocupação quanto às condições de acesso à Ilha de Hengqin, considerando-as muito exigentes. A maior parte das nossas empresas de Macau de pequena e média dimensão não têm capacidade para satisfazer as condições definidas para o acesso à Ilha, razão por que pensamos aproveitar alguns projectos de grande dimensão e, através de negociações, permitir a participação das referidas empresas.

Neste momento, ainda estamos em fase de avaliação da possibilidade de entrada das pequenas e médias empresas de Macau na Ilha, através da sua participação em projectos de grande dimensão, pois as condições de acesso são exigentes, o que dificulta em demasia a entrada das empresas locais de pequena e média dimensão. Vamos continuar a acompanhar este processo. Em relação ao projecto de Nansha, a situação é praticamente idêntica. Espero, assim, que a cooperação entre Guangdong e Macau possa proporcionar boas condições de desenvolvimento para as nossas empresas.

Presentemente, estamos a aguardar as políticas preferenciais a serem adoptadas pelas autoridades de Guangdong a favor de Macau, estando já elaborada a lista dos itens que beneficiam destas medidas.

Sobre a gestão das fronteiras, estamos também em negociações com as autoridades competentes de Guangdong. Penso que a oportunidade criada pelo desenvolvimento da Ilha de Hengqin é muito boa e, por isso, vamos continuar a estudar a forma de apoio a prestar ao sector empresarial local de pequena e média dimensão, através da sua participação em grandes projectos desenvolvidos por empresas de grande dimensão.

Uma outra questão é a possibilidade de a população local exercer uma actividade na Ilha de Hengqin. Penso que é necessário aguardar algum tempo. Só depois da extensão das políticas preferenciais concedidas é que podemos pensar no exercício de actividade por profissionais qualificados locais naquela Ilha.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Há meses, uma associação procedeu a uma “pesquisa sobre o índice de confiança da população em Macau”, a fim de avaliar os trabalhos do Governo, do Chefe do Executivo e dos cinco Secretários, e ainda as mudanças ao nível da confiança da população no tocante à economia e à sociedade. Verificou-se então que entre os meses de Janeiro e Junho, o índice de confiança desceu, sendo Junho o mês mais baixo. E segundo uma outra pesquisa, embora a economia tenha registado crescimento contínuo, o sentimento de felicidade da população tem vindo a baixar nos últimos três anos.

Sr. Chefe do Executivo. O Governo vai prestar atenção e analisar os porquês da avaliação da população ter baixado? Depois disso, vai rever as insuficiências? Vai adoptar medidas mais adequadas em relação ao domínio socioeconómico e ao desenvolvimento da vida da população, a fim de obter mais apoio desta? O Governo deve ainda reforçar o diálogo com a população e tomar conhecimento das solicitações das diversas camadas sociais, no sentido de definir políticas e adoptar medidas adequadas que dêem resposta às solicitações, aumentando assim os índices de confiança da população. Como é que tudo isto vai ser feito?

Obrigada!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sra. Deputada Leong On Kei.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Há instantes, a Sra. Deputada Leong afirmou que a avaliação global desceu nos últimos seis meses. De acordo com os meus dados, a respectiva pontuação decresceu de 61,5, em Janeiro, para 58,5, em

Junho. Em contrapartida, a confiança depositada pela população no Governo da RAEM manteve-se acima dos 70%. Desde o início de funções do 3.º Governo, temos dado muita importância aos inquéritos de opinião pública e aos estudos realizados, constituindo estes elementos uma referência importante para a definição da nossa acção governativa. Penso que o que está a preocupar a Sra. Deputada Leong é a descida de pontuação, mas temos que a encarar, esforçando-nos para desempenhar melhor as nossas funções.

Concordo perfeitamente quando se diz que temos de estabelecer uma melhor e mais eficaz comunicação com os cidadãos e é isso que vamos fazer. Reconheço que têm existido, nos últimos anos, deficiências na acção governativa e agradeço as oportunidades que nos têm sido dadas pelos cidadãos de Macau. De qualquer maneira, os objectivos constantes nas Linhas de Acção Governativa, dos últimos anos, foram cabalmente atingidos. A comunicação com os cidadãos é importante, como também são importantes os inquéritos de opinião pública para ouvir as sugestões da população para melhorar o nosso trabalho. Esta sessão de perguntas e respostas representa uma boa oportunidade para auscultar as vossas opiniões, merecendo ainda da minha parte uma reflexão para melhorar a minha actuação governativa.

Globalmente falando, nestes últimos três anos, o Governo tem recebido uma pontuação de cerca de 60%, de acordo com os inquéritos de opinião pública entretanto realizados, enquanto que a confiança da população se tem mantido num certo nível, razão por que manifesto todo o meu agradecimento pela confiança que nos é depositada pela população de Macau. Face às deficiências verificadas, iremos reflectir, rever e procurar melhorar o nosso trabalho e manter uma comunicação estreita com os cidadãos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Boa tarde.

Segundo as últimas estatísticas, o número de turistas tem aumentado, mas as respectivas instalações continuam por melhorar, caso dos postos fronteiriços e dos transportes, entre outros, nomeadamente quando está içado o sinal de tufão n.º 8, os serviços de táxis não são satisfatórios. Daqui a poucos anos, com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e com o novo posto transfronteiriço Guangdong-Macau, é de crer que o número de turistas venha a bater novos recordes.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo. O que é que o Governo vai fazer para valorizar e melhorar as instalações turísticas e responder ao elevado número de turistas? Para evitar o congestionamento devido à concentração de turistas nos bairros mais movimentados e dinamizar o ambiente de negócio noutros bairros, há que atrair os turistas para esses outros bairros. O que é que o Governo vai fazer nesse sentido?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Acerca da pergunta agora colocada, penso que vou responder em duas partes. Quanto ao problema do tufão de ontem, é minha opinião que o Governo deve rever o problema da gestão das fronteiras, especialmente no âmbito da coordenação com a entidade homóloga do Interior da China. Ontem, houve muitos casos nas Portas do Cerco, no aeroporto e no terminal marítimo. Temos que reflectir, pois é nosso dever assegurar a segurança da população local e dos visitantes. Irei trabalhar, portanto, sobre este assunto, em conjunto com o Secretário que tutela esta área.

Sempre que seja içado o sinal de tufão n.º 8, penso que é preciso, em primeiro lugar, garantir a segurança das pessoas, quer sejam locais quer estrangeiros, em vez do seu transporte para o local desejado, não devendo ser aconselhado, portanto, o uso de qualquer meio de transporte. Todos sabemos o significado do sinal de tufão n.º 8 e, por esta razão, não devemos aconselhar o transporte de passageiros, mas antes preocupar-nos com a sua segurança, ou seja, ninguém deve circular em qualquer meio de transporte, a menos que seja estritamente necessário. É também do conhecimento geral que estão determinadas pelo Governo uma série de medidas de aplicação obrigatória, no período de ocorrência de tufões, havendo, contudo, aspectos a rever que têm ocorrido no aeroporto, no terminal marítimo e nas Portas do Cerco.

Em relação aos táxis, ontem ouvi muitas opiniões, incluindo as que foram apresentadas pelos representantes de organismos associativos e por personalidades da sociedade local. Quanto ao Governo da RAEM, a opinião é a de que não deve ser aconselhado o movimento dos táxis quando for içado o sinal de tufão n.º 8, porque é perigoso circular com o sinal n.º 8, sendo a segurança dos taxistas que está em causa.

No que diz respeito aos visitantes, temos que rever e reforçar a nossa capacidade de alojamento, proporcionando-lhes um local seguro num curto espaço de tempo. Ninguém gosta de ver interrompido e alterado o seu itinerário de visita, por isso, o Governo vai estudar este assunto, por exemplo, realizando obras de construção no terminal marítimo para expansão de espaços destinados aos visitantes, em caso de necessidade. Por outro lado, poderão também ser-lhes disponibilizados produtos de maior necessidade, durante a sua permanência temporária, proporcionando-lhes assim um abrigo seguro. Portanto, a nossa preocupação reside sempre na segurança da população local e na segurança dos visitantes, podendo estes continuar a sua viagem após a passagem dos tufões.

Sobre o turismo de Macau, penso que há duas questões a considerar, uma que é a nossa capacidade de acolhimento de visitantes. O estudo desta questão tem estado a cargo do Instituto de Formação Turística. De acordo com os últimos dados, a capacidade diária de acolhimento de visitantes é de cerca de 81.000 pessoas. Nos últimos tempos, temos vindo a verificar uma constante subida de visitantes concentrados em determinados pontos turísticos, o que

provoca uma situação de grande afluência de pessoas e de veículos. Já falei com o Sr. Secretário Cheong e com os Serviços de Turismo. Há aqui vários factores que condicionam esta situação. Na realidade, a escolha de um itinerário turístico é feita pelos próprios visitantes e, por conseguinte, não os podemos forçar a mudar de itinerário. Contudo, podemos procurar desviá-los para outras zonas, procurando promover algumas zonas menos conhecidas turisticamente, aliviando não só as zonas mais procuradas, mas também dando mais vida às zonas menos procuradas, mas repletas de recursos turísticos de valor histórico. Serão ainda proporcionadas oportunidades de negócio a algumas zonas mais antigas da cidade.

Mas, quando estava a analisar esta matéria com os Serviços de Turismo, as opiniões, por um lado, indicavam que os bairros antigos não esperam ter muitos turistas, porque isso afecta o seu funcionamento normal, e, por outro lado, aumenta drasticamente as rendas. É provável que haja opiniões diferentes, mas, em termos gerais, vamos fazer o possível para distribuir os turistas por diversos percursos, servindo-nos, para tal, de publicidade e propaganda, e aproveitando os recursos turísticos, os valores culturais e a atracção dos bairros antigos para ali atrair os turistas das zonas mais movimentadas, de forma a reduzir as enchentes de pessoas. Isto requer um processo de tratamento. Creio que os Serviços de Turismo estão dispostos a intensificar as acções de divulgação para haver visitas a outros lugares de interesse, proporcionando mais alternativas aos visitantes.

Sei que os Serviços de Turismo estão a criar mais percursos turísticos, tendo como ponto de partida as Ruínas de S. Paulo, fazendo depois a triagem dos turistas pelos diversos locais, incluindo a zona Norte, a Barra, etc., e o percurso pelos lugares classificados pelo Património Mundial, sendo este último criado em conjunto pelos Serviços de Turismo e pelo Instituto Cultural. Espero que isto venha a reduzir os engarrafamentos nas zonas mais procuradas.

Julgo que o maior problema reside ainda na capacidade de recepção dos postos fronteiriços, aspecto a que devemos estar atentos, pois é, de facto, um problema de maior dimensão. O Governo da RAEM está a envidar todos os esforços junto do Governo Central para que seja autorizada a criação de um novo posto entre a Província de Guangdong e Macau, reforçando a capacidade dos postos fronteiriços, uma vez que, actualmente, sendo um dos maiores problemas, as três principais fontes de turistas são, o País, Hong Kong e Taiwan, razão por que as enchentes de turistas são realmente um grande problema. Espero que a aprovação seja concedida com brevidade, para podermos efectuar um planeamento a mais longo prazo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O posicionamento de Macau foi já traçado como Centro Mundial de Turismo e Lazer e plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua

portuguesa. Uma boa cooperação com as regiões vizinhas pode levar ao aperfeiçoamento das condições de Macau e contribuir para a concretização daquele posicionamento, nomeadamente, com o desenvolvimento dos diversos sectores. Nos últimos anos, Macau tem cooperado com Zhuhai na exploração conjunta da Ilha da Montanha, e está à vista de todos o avanço, passo a passo, de todas as tarefas. A concretização da cooperação regional não passa só pela Ilha da Montanha, passa também por Nansha, em Cantão, outra das regiões indicadas no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Durante as reuniões conjuntas de cooperação realizadas este ano, ambas as partes acordaram sobre a exploração conjunta de Nansha, um dos objectivos mais importantes para o próximo ano.

O aprofundamento da cooperação regional vai trazer mais oportunidades para os comerciantes de Macau, o que pode beneficiar a concretização da diversificação adequada da economia. Sr. Chefe do Executivo, quais são os planos concretos para o desenvolvimento de Nansha? Qual é o ponto de situação da cooperação com Guangdong e como vai ser o futuro? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

A cooperação entre a RAEM e Nansha está em pleno e gradual andamento. Da mesma forma que a Ilha de Hengqin, de Zhuhai, Nansha de Guangdong encontra-se inserido no âmbito da cooperação regional entre duas Zonas novas de nível nacional. Foi assinado também o acordo para a implementação de uma zona-piloto integrada no CEPA, em Nansha, definindo-se os pontos de cooperação futura. Em primeiro lugar, clarificando o reforço da cooperação nos sectores do turismo, comércio, exposições e convenções, indústrias culturais, medicina e medicamentos chineses e actividades de formação educativa. Em segundo lugar, a pesquisa conjunta que deverá haver, no sentido da criação de uma zona amiga do ambiente e de boa qualidade. A cooperação entre Macau e Cantão tem registado grandes progressos em alguns pontos fundamentais, tais como, nas áreas de exposições e convenções, fornecimento de produtos, indústrias culturais, entre outras, através da carta de intenções assinada em Dezembro do ano transacto. De igual modo, foi realizada uma feira de apresentação em Maio passado, tendo sido assinada uma série de acordos de cooperação. Na reunião conjunta Guangdong-Macau, realizada em Junho, foi assinada uma carta de intenções no âmbito da cooperação turística, para promoção da colaboração na área do turismo de lazer e um acordo-quadro de cooperação, no âmbito do ensino profissional, para promoção da cooperação, no âmbito do ensino técnico-profissional em turismo.

Quanto ao mecanismo de cooperação a nível das infra-estruturas, as acções foram conduzidas pela Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma, para o regime de reunião conjunta com os Serviços de Infra-estruturas da nova Zona de Nansha, para o estudo dos problemas decorrentes da criação dessa nova Zona, reunindo-se todas as propostas a serem introduzidas neste projecto. Esperamos que, no futuro próximo, possamos reforçar a cooperação entre os dois lados, a nível do turismo, comércio, exposições e convenções, indústrias culturais, formação educativa, produtos agropecuários, aperfeiçoando a cooperação no âmbito da gestão social, dos serviços, da saúde e da manutenção do estado físico, da protecção ambiental, etc.

Ao longo do processo, Nansha dispõe de condições vantajosas próprias, uma vez que as áreas dos terrenos são relativamente grandes, proporcionando muitas vantagens em termos de zonas-piloto integradas. Esperamos poder reforçar este aspecto, especialmente no que toca a política de vistos individuais para iates, e, como porto de navios que é, importaria, no futuro, trazer os turistas para Macau, o que seria favorável ao turismo.

Além disso, esperamos também contar com uma maior cooperação quer a nível do turismo quer do ensino superior ou da educação profissional.

Por outro lado, quanto às indústrias criativas e culturais, que estamos a implementar activamente, é igualmente claro, no âmbito de alguns grandes acordos-quadro de cooperação e do 12.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Socio-económico, nos tópicos Hong Kong e Macau, que foram definidos investimentos de Macau na Ilha de Hengqin de Zhuhai e Nansha de Cantão. Posso informar-vos que, ainda recentemente, a Província de Guangdong manifestou-se muito desejosa em que Macau participe na cooperação das infra-estruturas da nova Zona Cuiheng de Zhongshan, sendo este um projecto a ser submetido para aprovação do Governo Central. Estamos, neste momento, na fase de troca de informações e de apuramento da respectiva situação. Mas, na reunião conjunta Guangdong-Macau, Guangdong já apresentou formalmente outra proposta de criação de uma nova Zona, além de Nansha de Cantão e Ilha de Hengqin de Zhuhai.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Para dar resposta ao envelhecimento da população de Macau, o Governo deve reforçar o investimento, aperfeiçoar os serviços de apoio aos idosos, e otimizar as várias políticas relativas aos cuidados aos idosos. Estes já deram o seu contributo para a sociedade e para as suas famílias, portanto, devem estas dar mais importância à vida pós-aposentação dos seus idosos.

O Governo da RAEM tem incentivado e defendido que os idosos devem ter uma “vida pós-aposentação no bairro onde moram”. Conviver com a família na velhice corresponde à prática tradicional chinesa, faz parte dos nossos hábitos de vida, assim, podemos satisfazer as necessidades materiais e psicológicas dos idosos e materializar o amor filial, valor essencial da nação chinesa. Os idosos, na sua maioria, desejam conviver com a família, e os jovens também desejam cuidar dos seus pais idosos.

As mudanças sociais registadas em Macau trazem novos desafios para os hábitos tradicionais de vida, em particular, a manutenção dos idosos no domicílio. Devido à falta de recursos humanos, é comum ambos os elementos do casal trabalharem fora de casa, portanto, não têm nem tempo nem capacidade para cuidar dos idosos da família. A falta de espaço nas casas é outro factor que impede os jovens de

conviverem com os idosos. Para além disso, faltam em Macau serviços de apoio, por exemplo, regista-se um desequilíbrio entre a oferta e procura de pessoal especializado para a prestação de cuidados, e os que são disponibilizados nos bairros comunitários não satisfazem as reais necessidades dos idosos, ora, tudo isto impossibilita os idosos de terem uma “vida pós-aposentação no bairro onde moram”.

Sr. Chefe do Executivo, de que novas políticas e medidas para a terceira idade dispõe o Governo? Perante as questões reais associadas à “vida pós-aposentação no bairro onde se vive”, que tipos de apoio e ajuda vai o Governo prestar, a fim de assegurar que os idosos tenham uma vida pós aposentação condigna e estável, e também uma ocupação?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Penso que a política de acolhimento e de cuidados para com os idosos, a vida da 3.^a idade em residência habitual, o apoio comunitário, como todos percebem, é uma herança cultural chinesa, o inseparável relacionamento entre a família e os idosos. Há bocado, o Sr. Deputado Sio Chi Wai apontou muitos problemas reais de Macau, especialmente a questão da alteração da mentalidade das várias gerações. Penso que, se olharmos para os dados concretos da Organização Mundial de Saúde, numa região em que 7% da população tem idade igual ou superior a 65 anos, estamos na fase de envelhecimento da população. Neste momento, conforme os dados estatísticos que possuímos, Macau está em cerca de 7,7%. No futuro, quando a esperança de vida das pessoas começar a aumentar, creio que haverá um envelhecimento da população, para além de haver mais idosos, portanto, será maior a procura dos necessários serviços, comparativamente ao passado. Por esta razão, o Governo já criou um grupo de trabalho interdepartamental para avaliar a questão da protecção aos idosos, mormente, os cuidados de saúde, a habitação, a garantia pós-aposentação, o apoio comunitário, etc., definindo igualmente um plano de acção decenal de serviços para os idosos, entre os anos de 2016 a 2025, em prol da melhoria da defesa dos direitos dos idosos.

No âmbito do sistema de vida pós-aposentação, contamos com o modelo pluri-pilares e multi-níveis, a nível dos cuidados de saúde, habitação, garantia da segurança social em dois níveis, socorro de emergência, benefícios sociais, educação contínua, serviços comunitários para idosos, apoio familiar, etc., dando especial importância aos serviços diversificados nos lares de idosos. São estas as orientações de desenvolvimento para o futuro.

No passado, toda a gente queria saber o que se passava quanto à questão do tempo de espera para os idosos entrarem em lares. Dos dados que dominamos, depois da conclusão da obra no Templo Pou Tai, podemos dispor de cerca de 300 vagas. Além disso, em 2016, estão previstas mais 1.000 vagas nos blocos das habitações públicas. De acordo com os estudos feitos pelo Instituto de Acção Social, espera-se que sejam satisfeitas, basicamente, as necessidades, mas, é claro que, no futuro, há ainda que olhar para a questão da esperança de vida da população, havendo mais idosos, importante, então, criar

mais instalações para cuidados. Mas, concordo bastante com o que foi dito pelo Sr. Deputado Sio Chi Wai, pois, na verdade, a prestação de cuidados no seio da família, a vida pós-aposentação na residência habitual, é uma boa ideia, embora apenas viável se todos nos esforçarmos nesse sentido, porque, neste momento, não só em Macau, mas em muitos países ou regiões, está a aumentar o alojamento em lares de idosos. Vemos que há essa necessidade, razão por que pretendemos criar mais apoios no seio da comunidade, em termos de política, tais como, centros de dia, serviços domiciliários, que permitam que os idosos possam passar a sua vida em casa, pois os cuidados prestados pelos familiares aos idosos são sempre melhores, na medida em que estão mais familiarizados com o ambiente em que passaram a sua vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Srs. Deputados:

Já são 16:15 horas. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos e voltamos a reunir-nos às 16:45 horas.

(Intervalo)

Presidente: Bom, continuamos com a sessão.

Sr. Deputado Ho Ion Sang, tenha a palavra.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

A TV Cabo e os anteneiros assinaram, com o aval do Governo, um acordo que custou mais de 10 milhões ao erário público para “garantir o acesso dos residentes à televisão”. Apesar disso, diminuíram em 2/3 os canais televisivos e não se recebem os canais “HD TDM” e “TDM Sport” custeados pelo erário público, o que prejudica gravemente o direito à informação dos residentes. Além disso, segundo as autoridades, os residentes podem instalar uma antena Yagi para a captação de sinais televisivos, afirmação irresponsável que provocou queixas entre os residentes. Entretanto, as autoridades mudaram o discurso e declararam que ia ser reposta a captação daqueles dois sinais.

Como se pode ver, houve passividade das autoridades e até mesmo confusão, que mais parecia um filme surrealista sobre a televisão de Macau. Há que realçar que os residentes estão habituados, ao longo de mais de 40 anos, a aceder a programas televisivos gratuitos através da rede de antena comum, é já um costume na nossa sociedade. Podemos dizer que Macau é diferente dos outros, mas a culpa disto é do Governo, das suas arbitrariedade e falta de gestão a longo prazo. Portanto, o problema não foi causado pelos residentes de Macau mas são eles que sofrem e pagam para o resolver. Porquê?

Sr. Chefe do Executivo, pode garantir que os residentes vão ter acesso aos sinais televisivos que existiam antes? Segundo o Governo, no fim do contrato de concessão da TV Cabo em Abril do próximo ano, vai haver abertura para desenvolver o mercado dos serviços televisivos. Qual é o seu plano de desenvolvimento concreto? Se o

mercado não for atempadamente liberalizado, as autoridades vão prolongar o referido acordo, alegando o pretexto de garantir o direito à informação dos residentes? E vão permitir que o referido contrato continue a limitar o desenvolvimento do mercado?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Agradeço a questão colocada pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Penso que estão atentos ao conflito de interesses entre a Cable TV e os anteneiros, depois da decisão já proferida pelo Tribunal de Segunda Instância. Trata-se de uma situação que existe há várias dezenas de anos e que, creio eu, tem acompanhado o quotidiano de uma grande parte da população. Há dias, quando os amigos da imprensa me perguntaram, eu disse que, em minha casa, também se via televisão através de um anteneiro. É um processo herdado do passado, contudo, respeitando o princípio do cumprimento da lei, mormente o julgamento do Tribunal de Segunda Instância, o Governo da RAEM dispõe agora de 90 dias para proceder às respectivas diligências. Seja como for, julgo que, ao longo do processo, sobretudo ao nível da situação herdada do passado, importa agora cumprir a sentença do Tribunal de Segunda Instância e as cláusulas contratuais, cujo contrato, se não me engano, já foi assinado antes do retorno à Pátria. Macau é uma localidade onde deve prevalecer a obediência à lei, razão por que deve ser cumprido o que vem estipulado nos contratos de concessão exclusiva ou de concessão de serviços.

Julgo que há muitas críticas ao Governo, mas, será que se trata de um problema do passado que nunca foi tratado? Esta questão envolve um conflito de interesses entre a Cable TV e as empresas dos anteneiros. Volvidos todos estes anos, vem agora a sentença do Tribunal de Segunda Instância, que prevê um prazo de 90 dias para a resolução do conflito.

O Sr. Secretário Lau e o grupo especializado estão empenhados neste processo, incluindo a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, etc., no sentido de ser cumprida, por um lado, a sentença do Tribunal e, por outro, ser garantida a defesa dos interesses de audiência televisiva da população. Contudo, não podemos desviar-nos do princípio do cumprimento do caso julgado. Por isso, depois de estudada e analisada a questão, por diversas vezes, foi encontrada uma solução viável, qual seja, a assinatura de um protocolo entre os anteneiros e a Cable TV, quanto às necessidades de equipamentos e de despesas de funcionamento. Já falei com o Sr. Secretário Lau no sentido de divulgar os pormenores das respectivas despesas para dissipar as vossas dúvidas a este respeito.

Mas, não nos podemos esquecer que dispomos de um prazo de 90 dias para dar cumprimento à decisão, caso contrário, estaríamos a infringir aquela determinação judicial, quer da parte da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, quer da parte do representante do Governo que tutela esta área. Fica claro que devemos resolver esta questão dentro deste prazo.

Quanto a uma outra questão, o número de canais de televisão, trata-se, de facto, de um hábito que existe há várias dezenas de anos,

uma cultura de televisão que acompanhou o nosso crescimento, aliás, uma parte importante da nossa vida quotidiana. Compreendemos esta necessidade de manter o mesmo número de canais televisivos, contudo, embora afirmando definitivamente o princípio de obediência à lei, o Governo vai esforçar-se por conseguir um maior número de canais de televisão. O grupo de trabalho do Sr. Secretário Lau já está a trabalhar sobre esta matéria. De facto, as pessoas já se habituaram a ver os canais que têm sido disponibilizados e agora, de repente, deixar de os ver, vai custar, porém, o Governo da RAEM vai esforçar-se ao máximo para que haja os canais legalmente permitidos, não querendo nunca criar problemas de direitos de autor. A sentença do Tribunal define claramente o que é uma emissão de sinal televisivo legal e a prática da emissão ilegal dos anteneiros, ao longo de todas estas décadas.

Por isso, eu próprio estou atento à questão da oferta televisiva à população, contudo, o Governo da RAEM só pode actuar nos termos da lei. Já pedi ao Sr. Secretário Lau para divulgar os pormenores das despesas envolvidas neste processo, resultantes da presença de vários intervenientes, implicando, para tal, despesas de funcionamento e com equipamentos, sendo a Cable TV a executante do contrato. A solução encontrada procura equilibrar os vários aspectos em presença. É igualmente nosso desejo conseguir um maior número de canais televisivos, sendo-me impossível, no entanto, responder ao Sr. Deputado Ho Ion Sang, quanto ao número exacto de canais, mas, o que lhe posso adiantar é que eu e o Sr. Secretário Lau nos vamos esforçar ao máximo, dentro dos princípios da lei. Há uma série de problemas complexos por definir, após a sentença do Tribunal. Alterar, de repente, um processo que já existe há várias dezenas, é deveras difícil e eu compreendo as opiniões da população. Espero que dêem tempo ao Governo para que, no cumprimento da lei, possa lutar por um maior número de canais de televisão, sendo esta, aliás, a posição determinada do Governo da RAEM. Como já viram nas reportagens da imprensa, aliás, o Sr. Secretário Lau e a sua equipa já estão deveras envolvidos nesta questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Relativamente à construção de instalações médicas, o Governo da RAEM definiu o “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”, e tendo em conta os planos a curto, médio e longo prazos, até 2020 vão ser efectuados vários trabalhos, como a construção dos Edifícios de Urgência do Centro Hospital Conde de São Januário e da Clínica de Especialidades, a construção e expansão de 11 serviços e 2 postos de saúde, tendo como objectivo principal a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. Antes da conclusão deste complexo, foram já estabelecidos postos de urgência nas ilhas e unidades associadas de cuidados continuados. Com o referido projecto, o Governo vai necessitar de investir mil milhões de patacas, para além de ter de dispor de equipamentos e de uma determinada quantidade de profissionais da área da saúde, a fim de conseguir prestar os serviços médicos públicos necessários à população, quando o referido complexo estiver pronto. Sr. Chefe do Executivo, o que vai ser feito no âmbito da formação, contratação e promoção do pessoal médico necessário?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Penso que estão particularmente atentos à proposta de infra-estruturas do sistema de saúde para os próximos 10 anos, divulgada, há tempos, pelos respectivos Serviços. Agora, o Sr. Deputado Vong preocupa-se com a questão dos recursos humanos.

Se olharmos para os dados em questão, em 2012, havia 421 médicos no Governo, 925 enfermeiros e 674 camas de enfermagem. Quando chegarmos a 2020, vai haver mais 400 médicos, 1.000 enfermeiros e 1.026 camas. Em termos de *hardware*, sobretudo a nível hospitalar e dos centros de saúde, podemos concluir que o número de pessoal vai aumentar em 100%. De acordo com o nosso plano a curto, médio e longo prazo, vamos ampliar as duas escolas de enfermagem para aumentar o recrutamento de alunos, bem como reforçar a formação conjunta dos médicos nos três hospitais, mormente o Centro Hospitalar Conde de S. Januário, o Hospital Kiang Wu e o Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia. A médio e longo prazo, o Complexo Hospitalar das Ilhas terá também um centro de formação e uma escola de enfermagem. No que toca à formação profissional, estamos a estudar a revisão do regime de formação de internato complementar, equacionando a uniformização do tempo de estágio de médicos especialistas para 6 anos e convidando especialistas do exterior para procederem à respectiva avaliação. Em conjunto com a Hospital Authority de Hong Kong, haverá formação periódica para os médicos e pessoal de enfermagem de Macau. Convidámos também especialistas do exterior para os cursos de formação, com vista ao aperfeiçoamento das especialidades de geriatria, oncologia, cardiologia, psiquiatria, doenças crónicas, entre outras.

Vou-me referir especialmente à questão dos idosos, com que estão mais preocupados. Na verdade, no futuro plano de cuidados de saúde, vai ser criada a especialidade de geriatria e, por isso, vamos formar médicos especialistas e criar *hardware* nesta área, para que os respectivos serviços sejam garantidos, especialmente ao nível da rede pública do sistema de saúde, pois os nossos problemas estão relacionados com o tempo de espera das consultas de especialidades médicas e com o nível dos nossos médicos especialistas. Esperamos que a política dos recursos e dos investimentos nos Serviços de Saúde possa criar *hardware* e formar recursos qualificados, com vista ao encurtamento do tempo de espera para as consultas de especialidade, elevando a qualidade dos serviços em cuidados de saúde. O mais importante é que os serviços venham a satisfazer as respectivas necessidades, através das políticas de apoio do Governo. Creio que os Serviços sob a tutela do Sr. Secretário Cheong vão enfrentar, proximamente, um grande volume de trabalho, no âmbito da implementação da proposta decenal de aperfeiçoamento do sistema de saúde.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

“Governo transparente e governação científica” é a ideia que o Governo da RAEM se esforça para promover, e o elemento importante de que depende a governação científica é a integridade e precisão dos dados estatísticos. O Governo define as políticas de acordo com a análise de dados estatísticos e os resultados dessas políticas também podem ser reflectidos em dados estatísticos. Os dados estatísticos desempenham, então, um determinado papel na definição, execução e melhoria das políticas, sendo portanto muito importante a sua integridade e precisão.

Após o retorno à Pátria, o Governo trabalhou bastante na área da estatística e conseguiu algum êxito, no entanto, trata-se de um trabalho que pode ainda ser melhorado. Comparativamente com o que já se faz nos territórios e países vizinhos e desenvolvidos, alguns domínios podem ser mais detalhados e completos, por exemplo, às estatísticas sobre as transacções de imóveis podem ser acrescentados aos dados sobre o número e o preço de imóveis as áreas destes e a sua localização, e ainda ser aumentada a frequência da recolha de dados de semestral para mensal, no sentido de se tomar conhecimento, com mais precisão, das mudanças da economia social.

Faltam dados estatísticos atempados, de alta qualidade e que reflectam as necessidades, assim, surgem dificuldades no estudo e definição das políticas e no acompanhamento dos seus resultados. Portanto, Sr. Chefe do Executivo, com vista a aprofundar a ideia de “governação científica” que o Governo defende, qual é o seu plano para o aperfeiçoamento dos dados estatísticos de Macau?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

As estatísticas oficiais são dados básicos para a definição das políticas e dos planos do futuro. Em termos de função, é um meio que permite às pessoas conhecer a realidade do desenvolvimento social, servindo de referência para a realização de estudos, discussões, planos e políticas de carácter social, intensificando o intercâmbio e o contacto com o exterior. O sistema oficial das estatísticas ditadas pelos princípios de uniformização, tecnicidade profissional e internacionalização permite uma adequação do desenvolvimento local à grelha internacional.

A orientação futura no sector do turismo vai no sentido da criação de contas suplementares para avaliar o contributo económico dos serviços, aperfeiçoando a estatística das novas profissões, incluindo o sector das exposições e convenções, realizando também inquéritos de participação dos cidadãos em actividades culturais. Em terceiro lugar, importa realizar eficazmente os inquéritos dos recursos humanos dos diferentes sectores, tornando-os extensíveis às creches e instituições de cuidados a idosos, tendo os resultados do 1.º trimestre sido divulgados no passado mês de Maio.

Estamos apreensivos quanto às solicitações apresentadas pelos diversos sectores, mormente, quanto a melhoramentos e alterações, esperando maiores recursos do Governo a nível das estatísticas, em conjugação com os planos e as políticas de desenvolvimento. Creio que o Governo, bem como os Serviços das Estatísticas, estão dispostos a isso. Mas, por outro lado, temos uma preocupação, pois,

se tivermos que realizar frequentemente inquéritos e estudos, poderá haver uma certa reacção junto da população. Espero, portanto, que haja uma maior compreensão sobre esta matéria.

Neste momento, já se fazem muitas chamadas telefónicas à população, quer por entidades públicas quer privadas, para realização de inquéritos. Há dias, antes do tufão, recebi quatro chamadas de inquéritos, mas tive muita paciência em responder-lhes, embora para a generalidade das pessoas que regressam a casa depois do serviço poderem estar a jantar e a ver uma telenovela, sujeitando-se a um inquérito, isso pode ser uma chatice. Nesta altura, com um cada vez maior número de inquéritos e estudos, talvez nem todos tenham a mesma vontade em responder. É claro que os dados recolhidos privilegiam e contribuem para a definição das políticas e dos planos futuros, mas estes estão a tornar-se cada vez mais numerosos.

Concordo muito com a opinião do Sr. Deputado Tong Io Cheng e, por isso, vamos fazer uma reflexão mais detalhada sobre os diversos sectores profissionais. Como já repararam, ultimamente, os dados estatísticos do sector do turismo já reflectem esta preocupação, de forma a serem observadas as exigências da grelha internacional em termos de cálculo estatístico. Julgo, por isso... não sei se a população se pode entender melhor com os inquéritos oficiais de estatísticas e prestar mais atenção a este aspecto, de forma a podermos recolher mais dados que reflectam a realidade. Pois bem, se não podermos contar com o apoio geral da população, talvez venham a surgir dados incompletos na recolha dos mesmos. Concordo com a opinião expressa, mormente na aplicação de mais recursos neste domínio, em prol da normalização, profissionalização e internacionalização dos respectivos critérios, já que Macau está prestes a tornar-se numa cidade internacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Há muitos problemas de âmbito laboral que nunca foram resolvidos ou que nunca foram alvo de fiscalização suficiente, especialmente, o trabalho ilegal, a gestão da importação de mão-de-obra, o despedimento prioritário de trabalhadores importados, etc.. O pior é que até ao momento não houve ainda qualquer avanço quanto à optimização dos regimes jurídicos para salvaguarda dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais, o processo legislativo do salário mínimo está atrasado; a instituição do regime de previdência também; não se sabe qual é o ponto de situação da revisão do regime de indemnização por acidente de trabalho; o regime do fundo para os salários em dívida é demasiado simples; o limite máximo para as compensações no caso de despedimento injustificado está desactualizado; e nada foi feito em concreto para a fiscalização das subempreitadas. Perante as fortes solicitações sociais registadas, é lamentável que o Governo não envie verdadeiros esforços para resolver todos estes problemas, e deixe que sejam as partes laboral e patronal a lutar entre si. Mais ainda, não existe qualquer calendário para a revisão e alteração dos regimes vigentes relacionados com o sector laboral, nem sequer um plano, o que coloca os nossos trabalhadores numa situação de “espera” sem fim à vista.

Sr. Chefe do Executivo, de que planos dispõe o Governo para a optimização dos mecanismos de coordenação dos grandes problemas sociais? Qual é o ponto de situação da regulamentação e revisão de um conjunto de regimes relacionados com assuntos laborais, das leis e dos diplomas para a salvaguarda dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores? Quando é que todos estes trabalhos vão estar concluídos? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

A nível da defesa dos direitos legítimos dos trabalhadores, temos que dar primazia à população, em termos de acção governativa, no desejo de realizar as acções de forma activa e gradual. Creio que o trabalho que já foi feito não é suficiente, embora haja uma certa complexidade nesta matéria. O Conselho Permanente de Concertação Social é uma plataforma do Governo muito importante no diálogo entre os empregadores e os trabalhadores, sendo nosso desejo que continue a desempenhar bem este papel. A implementação de um bom mecanismo de diálogo responde às exigências da Lei Básica e está de acordo com o modelo de funcionamento proposto pela Organização Mundial do Trabalho.

As medidas legislativas de combate ao trabalho ilegal, a defesa dos interesses do sector laboral, o aperfeiçoamento das leis e dos mecanismos de supervisão, estão, neste momento, em fase de produção legislativa, de forma ordenada, nela se incluindo a revisão da Lei das Relações de Trabalho e a Lei de Contratação dos Trabalhadores Não Residentes. A redacção da proposta de lei de salário mínimo está também em curso, no sentido de ser objecto de consulta pública em Setembro deste ano, estando a ser desenvolvidos esforços para que o trabalho que antecede o processo legislativo esteja concluído até final do ano.

Quanto à revisão do regime de defesa dos acidentes e doenças contraídas no exercício de actividade profissional, o trabalho está em curso. A tónica está na alteração do âmbito de protecção do seguro, a fim de ser devidamente alargado e vir a contemplar os acidentes ocorridos nos percursos de ida e volta ao local de trabalho, melhorando os procedimentos de pagamento das despesas de tratamento médico fora de serviço dos lesados. Em terceiro lugar, já consultámos a opinião da Associação dos Trabalhadores de Seguros e estamos a proceder às respectivas diligências.

Sobre o Regime de Garantia de Pagamento de Obrigações Indemnizatórias de Natureza Laboral, mormente a garantia resultante das dívidas nesse âmbito, esperamos que, antes do final deste ano, a proposta de lei possa ser apresentada à Assembleia Legislativa. Depois de aprovada, entrará de imediato em vigor o regulamento administrativo que cria o fundo da respectiva garantia.

Quanto às indemnizações por despedimento, já foi apresentada ao sector patronal e ao sector laboral, em Abril deste ano, a proposta de revisão da Lei das Relações de Trabalho, no que respeita ao limite máximo de indemnização resultante de despedimento sem justa causa. Ambas as partes apresentaram as suas opiniões e, neste momento, encontra-se em fase de análise, esperando-se que, até ao final do ano, esteja concluída.

Relativamente à redacção do diploma referente ao regime de registo de subempreiteiros de estaleiros de obras, no âmbito do grupo de trabalho para o combate ao trabalho ilegal, depois das várias reuniões havidas, chegou-se a um consenso, em termos de orientação do processo legislativo, e, neste momento, entrou-se na fase de pormenorização do articulado. Já foi transmitido ao Sr. Secretário Tam Pak Yuen para que haja um esforço no trabalho de revisão da Lei das Relações de Trabalho, quanto a esta matéria.

Vou aproveitar a oportunidade de hoje para sublinhar que, depois dos diversos contactos havidos com o sector comercial e laboral, todos pretendem que seja revista a Lei das Relações de Trabalho, pois já está em vigor há algum tempo. Neste momento, já ouvimos muitas opiniões, havendo, fundamentalmente, dois problemas, por um lado, exigindo-se ao Governo que encontre um consenso entre ambas as partes e, por outro lado, a questão do intervalo de tempo para a revisão periódica da lei, pois há sempre alterações das condições, ao longo do tempo, e daí a necessidade de uma revisão atempada. Nós estamos cientes deste aspecto, tendo já sido transmitido ao Sr. Secretário Tam que os respectivos trabalhos sejam desenvolvidos com celeridade. Reconheço que há insuficiências quanto a isto, embora esta matéria comporte alguma complexidade, mas o Governo está disposto a trabalhar neste sentido.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Chefe do Executivo:

Actualmente, a forma de cálculo para o levantamento antecipado da pensão de idosos, cada vez que é actualizado o montante da pensão, dá sempre lugar a prejuízos aos idosos. Perante a burocracia, os resultados concretos dos cálculos vão variando. Ora, este problema ainda foi resolvido, até agora. Os idosos estão desejosos que venha a ser estudada atempadamente a indexação do valor da pensão ao valor do risco social. Mas, seja como for, eles disseram-me que agora não é a altura própria para a luta, mas sim para chamar a atenção do Chefe do Executivo para a questão. As pretensões escritas daqueles podem servir de futuro património cultural se forem votadas ao esquecimento, mas vou entregá-las ao Chefe do Executivo, na altura de o cumprimentar, no fim desta sessão.

O que queria abordar hoje é a implementação do regime de responsabilização dos titulares dos altos cargos. Há que renovar as caras em caso de necessidade, isto é, decidir pela respectiva manutenção ou saída. A população critica o Estatuto dos titulares dos principais cargos, por serem como que invisíveis, sem que haja uma responsabilidade dos mesmos, e eu vou-lhe entregar as opiniões das pessoas, daqui a pouco. Espera-se que o Chefe do Executivo consiga actuar neste sentido, sobretudo antes das próximas eleições do Chefe do Executivo, em que o círculo da elite pretende que seja mantido o respectivo mandato. Deve haver inovação quanto à decisão de manutenção ou saída dos titulares, para que o regime de responsabilização seja efectivamente implementado em Macau, para que o “caso das campas” não venha a descredibilizar a confiança pública, para que as 19.000 habitações públicas sejam descalendarizadas, e agora, com o drama caótico da televisão, o agravamento das cheias, a derrapagem nas despesas com as obras públicas. É um alerta que faço ao Sr. Chefe do Executivo, de boa-fé, para que seja inovador em termos de manutenção ou saída dos respectivos titulares.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Chefe do Executivo pode optar por responder a uma das questões.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Certo.

Agradeço as questões colocadas pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Sr. Presidente:

Vou optar por responder à questão da antecipação do levantamento da pensão para idosos. Penso que é necessário esclarecer, antes de mais, a definição da respectiva política governamental. Como sabem, no início do regime de segurança social, era possível auferir uma pensão aos 65 anos de idade, sendo esta, portanto, a condição imprescindível para tal. Em 2008, o Governo aceitou algumas opiniões da sociedade, mediante a argumentação apresentada, passando então a ser contemplados também os que tivessem idade entre os 60 e os 64 anos, em situação carenciada, caso em que podiam fazer o levantamento antecipado das pensões. Portanto, aceitavam-se certas situações de levantamento antecipado, a título não obrigatório. Os beneficiários com 60 anos de idade podem levantar 75% do montante, enquanto os que têm 61 anos, 62 anos, 63 anos e 64 anos de idade, podem auferir, antecipadamente, 78,9%, 83,3%, 88,2% e 93,8%, respectivamente, sobre o valor da pensão. A partir daí, continuam a auferir a pensão até aos 80 anos de idade, que é a média da esperança de vida.

Portanto, dos 60 anos aos 80 anos, de 75% a 100%, aliás, o levantamento antecipado das pensões foi introduzido apenas em 2008, pois, inicialmente, só era permitido o levantamento a partir dos 65 anos de idade. O carácter e a função ora definidos para o Fundo de Segurança Social era o de seguro social, sendo o financiamento do tipo intergeracional. O levantamento antecipado é uma modalidade prevista no regime de seguros, de acordo com a idade, a condição física do beneficiário e o levantamento antecipado do valor dos dividendos. Por outras palavras, nessa altura, foi fixada a idade dos 65 anos para se dar início ao respectivo levantamento.

Quanto a Macau, todos sabemos que, embora nada conste na lei quanto à definição da idade aos 65 anos, já se tornou um hábito orientarmo-nos por este patamar etário, o mesmo acontecendo, por exemplo, para efeitos de aposentação, de cuidados de saúde, etc. Penso que, segundo o que foi dito pelo Sr. Deputado Ng, bem como pelas opiniões apresentadas pelos amigos da 3.^a idade, isso tem a ver com a taxa de aumento ser aplicada também aos beneficiários com idade entre os 60 e os 64 anos e daí por diante até aos 80 anos, sendo cada um deles contemplado pela diferença resultante da actualização das pensões, a partir de 75%.

Estamos atentos a esta medida, pois poderá haver mais de 50% de beneficiários, quando houver lugar à antecipação do levantamento, o que tem a sua razão de ser. Na altura do lançamento desta medida, destinava-se a mesma a apoiar os casos com dificuldades financeiras. Se repararmos nos dados aproximados, neste momento, há cerca de 34.000 pessoas que pedem o levantamento antecipado, portanto, um total superior a 50% dos beneficiários. Temos que sublinhar que a política definida, para a altura, era para os 65 anos, mas, atendendo às dificuldades financeiras de alguns dos mais necessitados, foi legislado no sentido de possibilitar a antecipação da idade para começar a receber a pensão, atribuindo 75% dos respectivos

montantes até aos 80 anos de idade e, a partir de então, os beneficiários passarem a receber as suas pensões por inteiro. Espero que tenha interpretado bem. De facto, o cálculo e a definição de cada um dos itens da segurança social são apoiados em análises técnicas e da actuária, etc.

Julgo que, se esta questão for apresentada agora, tal como o Sr. Deputado Ng acabou de sublinhar, será também objecto de aprovação, devendo a tabela das taxas de reversão ser igualmente sujeitas a análise técnica e da actuária. Se houver antecipação no levantamento, qual a taxa, quais os efeitos e quais os encargos envolvidos? Vamos divulgar estes aspectos, depois de analisados. Como compreendem, os beneficiários das contribuições intergeracionais nunca são a geração que paga as contribuições, sendo esta a lógica, em termos simples. Mas, a verdade é que o levantamento antecipado pode ser um conceito novo, se tivermos que alterar as taxas de reversão, pois, segundo a comparação com muitos outros países, que já fizemos, a título não obrigatório, o objectivo é que haja também uma atribuição proporcional. O mesmo se passa em termos de experiência de actuária regional, prevendo-se, neste aspecto, uma forma de cálculo específico. São questões relativamente técnicas. Depois de serem analisadas, apresentaremos a versão escrita ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, para perceberem melhor. Comprometemo-nos a proceder ao respectivo estudo para a tabela de cálculo das taxas de reversão, uma vez que já há mais de 50% de beneficiários que pediram o levantamento antecipado das pensões, convidando, para aquele efeito, especialistas em actuária para procederem à respectiva análise e reflexão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O Governo prometeu que ia avançar no 4.º trimestre com os concursos para a habitação económica, compromisso esse que partiu do Chefe do Executivo, em finais do ano passado. Este ano, o Governo colocou a concurso 1 500 habitações económicas T1, e o número de requerimentos ascendeu a 15 000. E estou em crer que até ao final deste ano esse número vai ser ainda mais elevado, pois estão a concurso outras tipologias.

No Plano pós dezanove mil habitações públicas refere-se apenas que os quatro lotes envolvidos dispõem de um total de 6 300 fracções, entre as quais 600 são sociais e situam-se na Estrada Nordeste da Taipa, e 2 300 situadas no Edifício do Bairro da Ilha Verde e destinam-se a ser vendidas aos actuais candidatos que estão em lista de espera para as prometidas 19 000. No fim sobram apenas as habitações situadas nos dois lotes do Fai Chi Kei. Mesmo que todas fossem habitações económicas, o seu número não ultrapassaria as 3 000; e se somarmos as 500 habitações T1 do plano das prometidas 19 000, o número total de habitações não ia exceder as 4 000. Segundo a Lei da Habitação Económica, independentemente do número de requerimentos, a lista de candidatos caduca quando tiverem sido distribuídas todas as fracções. Se houver candidaturas de 20 ou 30 000 famílias e o Governo apenas puser a concurso pouco mais de 3 000 habitações, não restam dúvidas de que está a brincar com os cidadãos. Coloca os cidadãos perante a aflição do preenchimento de boletins de candidatura e a apresentação dos respectivos comprovativos, para quê? Na falta de canja suficiente

para distribuir aos monges, o resultado é a fila acabar sem os candidatos terem a mínima oportunidade de ser contemplados. Trata-se de uma situação em que só se aflige e tortura a população, e se esbanja erário público.

Recentemente, propusemos que os lotes situados na Avenida Wai Long fossem destinados à construção de habitação pública, e sem qualquer justificação juridicamente fundamentada, os dirigentes limitaram-se a salientar que os lotes em causa não podem ser temporariamente utilizados. Porquê? Será que prometeram, às escondidas, atribuí-los a outros empreiteiros? Não sabemos. No entanto, se esses lotes não podem ser utilizados, então, para além das referidas 3 000 habitações, de que planos dispõe o Governo para a construção de habitações económicas? E para resolver o grande fosso entre a oferta e a procura e para mostrar a sua sinceridade em ajudar os cidadãos a resolver os seus problemas com a habitação, por exemplo, reabrindo os concursos para as habitações económicas?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Au Kam San.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Penso que se está a referir aos terrenos disponíveis para a construção de habitações económicas e à retoma do terreno da Avenida Wai Long. Vou começar por falar do terreno da Avenida Wai Long. Como já esclareci anteriormente, neste momento, estamos a realizar os procedimentos formais para o reaver. Mas, uma vez que está em curso um processo judicial, depois de obtido o parecer do assessor jurídico, entende este que deve ser tratada, em primeiro lugar, a questão judicial e, se o Governo vencer no processo, é claro que o pode reaver. Creio que estão também a par da resolução dos dados cadastrais sobre os terrenos. Depois da retoma do respectivo terreno, as vossas opiniões serão tomadas em grande consideração. Mas, hoje é-me difícil adiantar-vos, primeiro, porque está em curso um processo judicial, segundo, porque o plano só pode ser definido depois da conclusão desse processo, segundo aquele parecer jurídico. O Governo sempre entendeu que a questão da habitação é extremamente importante para a população de Macau, especialmente no apoio dado, neste domínio, aos agregados familiares de baixos rendimentos. Se o Governo puder reaver o referido terreno, creio que vamos certamente dar importância às vossas opiniões, pois trata-se de um aspecto que já foi salientado por muitos organismos associativos e por membros do hemiciclo. Uma vez que se trata de um aterro de grandes dimensões, será possível construir muitas fracções habitacionais e muitos equipamentos sociais, o que beneficia o aumento da qualidade de vida dos moradores. Neste momento, só podemos aguardar pelo resultado do processo judicial, de acordo com o parecer jurídico que foi elaborado.

Quanto às 6.300 habitações económicas para as quais importa encontrar terrenos, entre as 19.000, penso que há vários aspectos a considerar. Neste momento, o Sr. Secretário Lau já está a planear a forma de aproveitamento de alguns terrenos do Governo e eu estou em crer que, na altura própria, a podemos anunciar. Quanto aos cinco lotes de terreno provenientes dos aterros, mormente a Zona A, com 137,8 hectares, vai estar concluída em 2015, prevendo-se a construção de 18.000 fracções habitacionais. Estamos decididos em manter a política habitacional, que tem um lugar de destaque.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A pedido dos cidadãos de Macau, face à prioridade do assunto, gostava de falar das questões anteriores. Quanto ao problema dos canais televisivos, penso, segundo me lembro, que, no ano passado, em 29 de Fevereiro, aquando da revisão do regime de direitos de autor, que foi objecto de aprovação, segundo o despacho do Sr. Chefe do Executivo, de 29 de Março, em vigor a partir de 1 de Junho, havia muitos canais televisivos que infringiam os direitos de autor, razão por que deixaram de poder ser vistos. Os cidadãos queixam-se disto, mas, como há que cumprir a lei, são obrigados a aceitar este facto. De 1 de Junho a Julho deste ano, para os canais disponibilizados pelos anteneiros, a emissão é legal, em termos de princípio e de teoria, caso contrário, poderia muito bem o Governo da RAEM vir a ser acusado de não aplicar a lei, o que não é lógico. Já que tem sido legal, porque é que, quando chegou a vez da Cable TV fazer a emissão, os canais desapareceram? O Sr. Chefe do Executivo tem mesmo de estudar esta questão com a sua equipa, para ver como é que pode ser recuperada a emissão integral dos canais que existiam anteriormente, entre 1 de Junho e o mês de Julho deste ano.

Quanto ao segundo aspecto, o que é que vai acontecer, em Abril do próximo ano, depois de caducar o contrato de concessão de serviço com a Cable TV? É essa a altura própria para liberalizar este mercado em prol da defesa dos direitos informativos da população, para que os concorrentes interessados do sector possam prestar o respectivo serviço. O maior problema inerente à sentença do Tribunal de Segunda Instância é a falta de alvará de funcionamento dos anteneiros, face à concessão do respectivo serviço, o que contraria o contrato de prestação de serviços pagos de emissão de sinal televisivo terrestre, bem como o Regime Jurídico das Telecomunicações. Se emitirem as respectivas licenças, a partir de Abril do próximo ano, aos intervenientes interessados do sector, os nossos cidadãos passam a poder ver mais canais televisivos e a ter mais informação, aumentando os nossos conhecimentos. Espero que o Sr. Chefe do Executivo possa estudar um pouco esta questão com a sua equipa, para que, no próximo ano, este mercado possa ser totalmente liberalizado.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Agradeço as questões colocadas pelo Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Em relação às questões anteriores, uma parte delas está respondida, a outra parte não. Peço desculpa ao Sr. Deputado Ho Ion Sang. Volto a referir, uma vez mais, pois ambos falaram sobre o termo do contrato com a Cable TV, no dia 21 de Abril do próximo ano, a questão da política nas telecomunicações de Macau. Penso que o princípio básico já está definido, no futuro, haverá a liberalização deste sector. Em termos simples, penso que a era da

concessão de serviços vai terminar. É esta a orientação básica da política. Em termos de pormenor, o modo como será feita a liberalização do sector e quando haverá condições para isso ser feito, há que aguardar pelo Sr. Secretário Lau, para vos falar sobre isso, uma vez que toda a política e o processo de concurso, entre outros aspectos, requer algum tempo, importante também acompanhar a atracção que esta questão ocupa no mercado. Não esqueçamos que, ultimamente, se falou muito da possível afluência de concorrentes no mercado das telecomunicações da rede fixa, mas, no fim, não houve assim tantos concorrentes. Acho que é melhor ser o próprio mercado a ditar as regras, pois importa atender ao ambiente do próprio negócio. Somos a favor da liberalização do mercado, em termos de princípio, esperando captar mais investidores para este sector, em prol dos interesses da população.

Mas, volto a salientar, uma vez mais, que, qualquer que seja a solução, o Governo terá sempre que obedecer aos termos constantes na sentença judicial, não sendo desejo dos Serviços competentes do Governo da RAEM actuar em infracção com o que foi sentenciado, dentro do prazo de 90 dias. Por isso, a equipa do Sr. Secretário Lau vai continuar a fazer estudos, sobretudo no âmbito do grande volume de trabalho realizado em conjunto com os Serviços de Assuntos de Justiça.

Quanto aos períodos que cumprem ou não a lei, posso ter a certeza que, neste momento, estamos a actuar nos termos da sentença judicial, garantindo e esperando que não iremos infringir a lei. No passado, houve muitos processos, mas, agora, a situação está clarificada. Julgo que todos estão desejosos de que a população possa continuar a ver televisão, mas, quanto a poder ver o mesmo número de canais televisivos, o Governo pode apenas esforçar-se nesse sentido, agindo em absoluto cumprimento dos termos em que a sentença judicial permita.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Atendendo ao posicionamento de Macau como centro internacional de turismo e lazer, a protecção ambiental passou a assumir grande importância. Para além da transformação de Macau numa cidade turística e cultural dinâmica, o mais importante é proporcionar à população um ambiente com as necessárias condições de habitabilidade. Porém, neste momento, os trabalhos de gestão ambiental estão desactualizados e não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento social, portanto, queria saber qual é o ponto de situação dos trabalhos nesta área.

Em matéria de gestão dos trabalhos de protecção ambiental, o estudo ambiental é uma medida preventiva importante, aliás, em muitos lugares do mundo foram estabelecidos mecanismos de avaliação ambiental. Em Macau, apesar de a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental ter também desenvolvido estudos ambientais, os resultados têm sido pouco significativos. Por outro lado, não se vê nenhuma iniciativa daqueles serviços na realização de trabalho nessa área, portanto, não têm conseguido satisfazer as expectativas da população. Com os esforços do Governo, a sociedade de Macau está agora mais consciencializada sobre os estudos de avaliação ambiental, a maioria dos serviços públicos e

sectores de actividade já reconhecem a importância desses estudos e estão também mais dispostos a realizar esses trabalhos de avaliação ambiental. No entanto, deparam-se com a falta de instruções para a realização desses estudos. Apesar de existir um documento sobre a Elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental, o seu conteúdo difere dos procedimentos antes publicados por Macau e pelas regiões vizinhas sobre o mesmo assunto, o que suscita dúvidas sobre a sua operacionalidade.

Face a estas situações, queria colocar uma questão: considerando o elevado número de projectos de desenvolvimento e os problemas ambientais, de que medidas concretas dispõe e como vai alterar a passividade do Governo na realização de estudos de impacto ambiental, reforçando as iniciativas nesse sentido? As actuais instruções sobre a avaliação ambiental, ainda pouco claras e aperfeiçoadas, têm aumentado as dificuldades dos sectores na realização de estudos ambientais, reduzindo consequentemente a sua disponibilidade para essa tarefa. Sr. Chefe do Executivo, quando vão ser elaborados outros documentos ou definidos critérios mais concretos sobre a avaliação ambiental, com vista a satisfazer as necessidades verificadas?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

No que respeita ao regime de avaliação do impacto ambiental, o Governo da RAEM sempre velou pelos princípios de um desenvolvimento equilibrado e por um desenvolvimento sustentável, dando particular importância às acções de protecção ambiental da nossa Região, esperando igualmente que a população possa colaborar em conjunto para a criação de um ambiente de qualidade. A criação e o aperfeiçoamento de um regime de avaliação do impacto ambiental constituem temas relevantes da acção governativa, com carácter científico. O Quadro Geral do Planeamento Conceptual da Protecção Ambiental de Macau, de 2011 a 2020, visa estruturar esta matéria, incluindo-se neste plano decenal a definição e a regularização dos respectivos parâmetros, que carecem de legislação.

Os trabalhos inerentes à criação de um regime de avaliação do impacto ambiental estão a ser desenvolvidos. Em 2009, foi elaborado um relatório de orientações e em 2011 e 2012 foi proposta a versão de pesquisa sobre esta matéria. A Direcção de Serviços de Protecção Ambiental vai propor a lista dos itens dessa avaliação, ainda este ano, dando igualmente início a acções de formação, intercâmbio e divulgação. Creio que, em 2014, será definida toda uma série de procedimentos, parâmetros, etc.

Há pouco, falou-se das diferenças na execução da avaliação do impacto ambiental. Neste momento, está em curso um diálogo entre os Serviços das Obras Públicas e o sector, no sentido de se chegar a um consenso quanto à definição da referida lista de itens, em termos de parâmetros, normalização, etc., para se criar um regime que possa ser objecto de processo legislativo. Muitas individualidades do sector têm acompanhado esta questão, questionando quando é que haverá legislação e se a lei será inócua quanto a este aspecto. Actualmente, os Serviços de Obras Públicas estão a efectuar esse trabalho, com especial realce para a protecção do nosso ambiente.

Penso que, quanto ao que foi salientado, há toda a necessidade de tal ser implementado e regularizado, caso contrário, sem dispormos de critérios para uma avaliação do impacto ambiental de acordo com os padrões internacionais, isso pode afectar o nosso desenvolvimento urbano. Julgo que esta matéria é pertinente e esperamos que os trabalhos atrás referidos possam estar concluídos entre os anos de 2014 e 2015.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Peço-lhe desculpa, não vou levantar nenhum cartaz, pois já usei os cartazes todos, aquando da discussão das Linhas de Acção Governativa.

Antes de cá vir, pensava que estava tudo a correr bem, mas ontem veio o tufão e hoje o Sr. Chefe do Executivo está aqui presente, o que vai ser animado. Tenho uma carta para lhe apresentar, relativa a uma lei muito confusa sobre os mediadores do sector imobiliário. Espero que o Sr. Chefe do Executivo... Está tudo escrito em chinês, só consigo ler parte dela, mas para o Sr. Chefe do Executivo está OK.

A questão de hoje é muito simples, pois os colegas já perguntaram tudo sobre a antiguidade. Em todo o Mundo, ela é contada a partir do primeiro dia de ingresso. Na altura, aquando da feitura da proposta de lei, a 1.ª Comissão Permanente disse muito claramente que se tratava de um regime injusto, pois considerava-se aquela a partir da data de entrada em vigor do diploma, em vez de retroagir à data de ingresso na Função Pública. Isto está bastante claro no parecer da 1.ª Comissão Permanente, mas, lamentavelmente, o Governo da RAEM arrastou este processo durante muito tempo. Sr. Chefe do Executivo, os funcionários públicos não nasceram das pedras do Parque de Seac Pai Van, pois perderam realmente a sua juventude, considerando que a sua antiguidade só pode ser contada a partir de 2011. Há quem já trabalhe, há 20 ou 30 anos, sem, no entanto, auferir um prémio de antiguidade. Sr. Chefe do Executivo, espero bem que esta matéria possa ser decidida com a maior brevidade, porque muitos deles já se vão aposentar. Há também muitas outras coisas que fazem baixar o moral dos funcionários públicos. Mas, pelo menos, resolvam concretamente este assunto, para tentar elevar um pouco mais o respectivo ânimo, em vez de ser conversa do tipo *slogan*.

Obrigado Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Pereira Coutinho.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Quanto à antiguidade, já respondi aquando da questão colocada

pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam. O Sr. Deputado Pereira Coutinho transmitiu-nos a atenção manifestada, na altura, pela 1.^a Comissão Permanente, quanto a esta matéria, entendendo que o âmbito de aplicação deve ser alargado, por forma a que o prémio de antiguidade seja auferido consoante o tempo de prestação de serviço na Função Pública, em vez de se considerar o tempo que foi descontado para a aposentação ou para a pensão de sobrevivência. Desde a discussão na Comissão Permanente até à discussão na especialidade na Assembleia Legislativa, a pretensão do aumento do valor do prémio foi sempre manifestada e, a nível dos funcionários públicos, houve medidas que tiveram progresso. Creio que houve opiniões diferentes no seio da Assembleia Legislativa.

Como já respondi anteriormente ao Sr. Deputado Chan Meng Kam, todos acompanham a questão do regime de previdência da Função Pública, bem como o regime dos prémios de antiguidade, dos subsídios de residência e dos subsídios de família. Quanto ao regime de previdência, em particular, que veio colmatar muitas situações não contempladas anteriormente, houve um progresso, bem como uma escolha. É claro que o Fundo de Previdência pressupõe algum risco, sobretudo quando se está a investir em retornos de médio e alto risco, etc., sendo um risco que a própria pessoa assume em termos de gestão financeira individual. É um processo que comporta sempre algum avanço, no que respeita ao regime de regalias atribuídas aos funcionários públicos, em ordem a colmatar uma parte das insuficiências anteriores.

Compreendo perfeitamente o que foi salientado pelo Sr. Deputado Pereira Coutinho, em termos de justiça e equidade nos benefícios de todos os funcionários públicos, enquanto objectivo, o que corresponde basicamente à posição do Governo da RAEM. A alteração de um aspecto pontual do diploma pode implicar a alteração de outros diplomas afins e, por isso, nesta fase, toda a equipa do Governo da RAEM está a desenvolver esforços sobretudo em medidas dirigidas aos trabalhadores da Função Pública com rendimentos mais baixos, para que, num curto espaço de tempo, possam ser submetidas à Assembleia Legislativa. Esperamos dar continuidade a estas propostas para apoiar os funcionários das camadas de base.

Nestes últimos tempos, contactámos com muitos funcionários das camadas de base, incluindo, as organizações associativas, os trabalhadores, ouvindo e recolhendo muitas opiniões. Compreendo bem a pressão do dia-a-dia, o aumento das rendas de casa, os preços caros dos produtos, etc., mas, do que pudemos constatar, já tomámos providências quanto à actualização dos respectivos subsídios, prestação de horas extraordinárias, bem como quanto à viabilidade de serem adoptadas algumas medidas mais flexíveis para subsidiar os trabalhadores que auferem baixos rendimentos. Quanto a estas medidas mais flexíveis, estamos empenhados na realização dos trabalhos preparatórios para a feitura da proposta de lei, para a qual esperamos contar com o apoio da Assembleia Legislativa, para que os funcionários das camadas de base possam dispor de um determinado apoio financeiro, em resposta às suas necessidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

O preço dos imóveis está sempre a aumentar e é difícil comprar casa, ter uma casa para viver, dificuldades estas que não se limitam aos residentes das camadas mais baixas, pois até a classe média já não consegue comprar casa. O Governo tem adoptado medidas para controlar o mercado imobiliário, no entanto, “água que está longe não apaga o fogo”, porque a raiz do problema está na escassez de terrenos e no facto de o Governo ter concedido, nos últimos anos, muitos terrenos a preço baixo ao sector do jogo. Nos últimos anos, tem aumentado continuamente a cooperação regional entre Cantão e Macau, por exemplo, a criação do campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin e a construção do túnel subaquático. Sr. Chefe do Executivo. A cooperação regional deve ser reforçada seguindo o modelo do novo Campus, isto é, as despesas ficam a cargo de Macau para o arrendamento ou compra de terrenos próximos do novo Campus para a construção de habitações públicas, por forma a satisfazer as necessidades dos residentes e a maximizar o investimento no recurso complementar para a ligação entre Macau e Hengqin - o túnel subaquático. Sr. Chefe do Executivo apoia esta proposta?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Penso que, se esta proposta for aprovada, a maioria das pessoas também a apoia, pois o modelo da Universidade de Macau foi autorizado formalmente pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e, neste momento, com 1,09 km² de área, será aquela enquadrada pelas normas jurídicas de Macau. Julgo que a proposta apresentada é de boa-fé e espero bem que nos sejam concedidos mais terrenos para a maioria da população de Macau poder habitar. Mas, neste momento, seja a nível do Quadro da Cooperação Regional Guangdong-Macau ou do Plano Geral da Ilha de Hengqin, não há qualquer projecto de aquisição de terrenos para a construção de habitações públicas. Actualmente, apenas 5 km² na zona do Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin se destinam ao Parque de Cooperação do Sector Industrial. Trata-se de uma nova ideia, que acho que agrada a todos. Se a área de Macau puder ser aumentada e puder ser enquadrada por normas jurídicas de Macau, poderia ser uma proposta bem aceite, mas, dado que é uma proposta não inserida no Quadro da Cooperação Regional e porque também não está contemplada no Plano Geral da Ilha de Hengqin, ainda que sendo uma proposta feita de boa-fé, não posso, contudo, comprometer-me perante o Sr. Deputado Mak de que vamos conseguir, porque é, de facto, uma nova ideia. Tal como já vos informei, a nível da cooperação Guangdong-Macau, temos os projectos na Ilha de Hengqin de Zhuhai, Nansha de Cantão, a nova zona Cuiheng de Zhongshan, mas em nenhum deles, quer a nível geral ou específico, se prevê a existência de terrenos para a construção de habitações públicas. É uma ideia muito vanguardista. Acho que o Sr. Deputado Mak já está a pensar na questão do fluxo de pessoas, no futuro, com mais cidadãos de Macau a trabalharem ou a mudarem-se para a Ilha de Hengqin, mas, se isso puder ser feito de acordo com as normas de Macau, tal como o Campus da Universidade de Macau, será sempre melhor, porque a área será aumentada. Não sou capaz de afirmar se vai ser viável, mas esta orientação é muito criativa, pois, se dispusermos de mais 1,09 km², tal como a Universidade de Macau, isso permitiria alojar muitos

cidadãos. É, de facto, uma proposta bem intencionada.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

V. Exma. defende os lemas “servir melhor o cidadão” e “governo íntegro”, por isso, as acções governativas alcançaram alguns resultados, e a qualidade de vida da população melhorou, o que merece reconhecimento.

Mas, ao mesmo tempo, a falta de coordenação entre a estrutura administrativa e as acções governativas dificulta a concretização dos lemas que o Senhor defende. Veja-se o exemplo da proposta de lei intitulada “Lei da actividade de mediação imobiliária”, cuja versão inicial continha 29 artigos que aumentaram para 57 depois da discussão na especialidade e do consenso alcançado com os dirigentes da área dos transportes e obras públicas. No entanto, há a lamentar que o envio da proposta de lei se tenha arrastado ao longo de seis meses, e que após várias interpelações do Presidente da Comissão relativamente a essa demora, a lei tenha passado a contar apenas com 39 artigos e, mais ainda, a versão da proposta de lei submetida a aprovação continha 44 artigos. Este vai e vem levou um ano e meio. Apesar de se terem registado quatro alterações da proposta de lei, o que é certo é que a disposição sobre a entidade fiscalizadora foi eliminada.

Votei a favor porque a sociedade tem fortemente apelado por esta lei. No entanto, a realidade é que falta coordenação entre a estrutura administrativa e as acções governativas, o que resulta na falta de rigor das propostas de lei e na desarticulação entre os regulamentos administrativos e a realidade. Estas duas consequências afligem os mediadores do sector e as suas repercussões foram muitas.

Em resposta à minha pergunta, o Sr. referiu o seguinte: “*foi encarregado o Gabinete de Estudo das Políticas de avaliar a estrutura do Governo... promovendo a avaliação do desempenho dos titulares dos principais cargos de direcção e chefia do Governo*”. Verifica-se que o Chefe do Executivo pretende resolver os problemas a partir da fonte.

Sr. Chefe do Executivo. No próximo ano vai mudar o Governo. Há alguma novidade? Como é que vai otimizar a estrutura administrativa composta por cinco secretários e o regime de responsabilização dos dirigentes, com vista a elevar ainda mais o “moral” dos dirigentes das diversas categorias e a equipa governativa? Há que melhorar a qualidade da governação e que preparar bem os trabalhos para elevar a qualidade de vida da população, para tal, há que aperfeiçoar o regime de avaliação de desempenho do pessoal de direcção e chefia, de modo a criar melhores condições para o próximo governo poder governar ainda melhor. O que vai o Senhor fazer nesse sentido? Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Julgo que há muitas opiniões da sociedade e da parte dos Srs. Deputados. Como já tivemos oportunidade de reparar, seja ao nível da classificação atribuída ou da confiança depositada no Governo da RAEM, em termos gerais, ficamos gratos por contar com o vosso apoio e pelas oportunidades dadas para podermos continuar o nosso trabalho daqui para a frente. Vamos ouvir as vossas críticas e opiniões muito humildemente, para aperfeiçoar os nossos mecanismos. Creio que, a nível da produção legislativa, há ainda muita margem para melhoramento da nossa acção governativa. Eu, como Chefe do Executivo, devo proceder periodicamente a reflexões e revisões, ouvindo as vossas opiniões e esperando que a eficácia na acção governativa seja elevada a partir da base actual.

Nestes três anos que já passaram, finalizámos uma série de trabalhos previstos na acção governativa, tal como foi apontado pelo Sr. Deputado Ung, mas temos ainda muita margem para melhoramentos, no âmbito da produção legislativa e da acção governativa.

Perguntou-me que opinião teria a dar para o próximo mandato do Governo. Penso que se trata de um bom tema para eu começar a preparar-me. Penso que o Sr. Deputado Ung se queria referir à reforma na Administração e ao que devemos fazer para acompanhar o ritmo dos tempos, ao modo como o espírito da acção governativa pode ser uniforme e para que haja uma actuação satisfatória da equipa governativa. Nestes últimos anos, repararam que demos ênfase às acções de âmbito conjuntural, ainda que tenhamos de melhorar muito mais. Tal como referi na sessão de perguntas e respostas da Assembleia Legislativa, relativamente à produção legislativa, a coordenação dos trabalhos neste domínio, bem como no que concerne à aplicação da lei, nestes últimos dois anos, a Sra. Secretária tem promovido a realização de muitos estudos para procurar melhorar a elaboração de diplomas, em conjunto com a Assembleia Legislativa, de forma coordenada. Estou especialmente feliz por termos visto alguns diplomas aprovados na especialidade, há dois dias, prova do grande esforço despendido na presente legislatura da Assembleia Legislativa. Fizemos, realmente, muito trabalho, quer nas repetidas alterações para satisfazer as exigências da população, quer depois de ouvir as opiniões dos Srs. Deputados. Ao longo deste processo, ganhámos mais experiência, sobretudo ao nível de algumas leis que já estão em vigor há 30 anos e que carecem de actualização.

No futuro próximo, vamos esforçar-nos ainda mais, especialmente em termos de produção legislativa, e, no entanto, preparámos muitas propostas de lei para serem submetidas à apreciação da nova legislatura da Assembleia Legislativa, esperando conseguir alguns progressos nesse sentido. No âmbito da nossa máquina administrativa, vamos proceder a melhoramentos, depois da experiência já adquirida, quer a nível estrutural, quer a nível de eficácia ou da responsabilização, de forma a darmos melhores opiniões para elevar a eficácia de actuação do próximo mandato do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Sr. Deputado Leonel Alves, tenha a palavra.

Leonel Alberto Alves: Sr. Presidente, muito obrigado; Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A RAEM tem conseguido desempenhar o seu papel de plataforma para as relações económicas e comerciais entre a China e

os países de língua portuguesa. Os números não enganam e os resultados comerciais alcançados entre os diversos parceiros envolvidos têm sido positivos.

Há, porém, um aspecto em que Macau pode fazer mais e melhor no fortalecimento da ligação da sua população a este projecto nacional e regional.

No campo das relações entre a China e os países da língua portuguesa há diversos outros domínios de cooperação que podem ser aprofundados e Macau deve também tomar a iniciativa, incentivando os diversos sectores, sobretudo a população jovem a formar-se e a procurar outras oportunidades de desenvolvimento profissional.

Gostaria aqui de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo qual a sua opinião sobre o assunto, o desenvolvimento dum programa que tenha por objectivo tutar Macau de profissionais capazes de colaborar nestas relações China-Países de Língua Portuguesa em áreas como por exemplo Direito, a Economia, Administração Pública, o ensino, as engenharias e convidar as instituições de ensino superior da RAEM a criar oportunidades de formação superior para todos aqueles que desejem, no futuro, trabalhar com estes Países de expressão portuguesa e a China, em áreas de prestação de serviços diversificadas. Muito obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente, e agradeço as questões colocadas pelo Sr. Deputado Leonel Alves.

Como plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, os talentos em língua portuguesa e bilingues português-chinês, são muito importantes. Vamos realizar, este ano, o Congresso a nível ministerial do Fórum Sino-Português. É nosso grande desejo que Macau continue a desempenhar este papel muito importante, como base de formação dos talentos em língua portuguesa e bilingues chinês-português.

Em 2011, foi criado formalmente, em Macau, o Centro de Formação no seio do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o que revela a importância e o apoio concedido pelo Governo Central do País e Países de Língua Portuguesa, no âmbito da cooperação de recursos humanos. Depois de ter sido criado o Centro, já foram organizadas 20 acções de formação e investigação, nas áreas do turismo, cuidados médicos e de saúde, direito, línguas, administração, etc., com participantes dos 7 Países de Língua Portuguesa, contando com a participação de mais de 300 pessoas. Os cursos prevêm algumas vagas para a inscrição de formandos locais. Por conseguinte, em termos de planeamento geral, contamos com a participação de muitas instituições e organismos no que toca à cooperação a nível de talentos nas áreas do direito, economia, administração pública e educação.

Julgo que, em termos de planeamento geral, a implementação e a execução destas medidas, por parte dos estabelecimentos de ensino superior de Macau, favorece a promoção do bilinguismo. Vou estudar este assunto com o Sr. Secretário Cheong U, para ver como é que, depois de sumariar a situação, podemos dispor, por exemplo, de um plano para 5 anos que privilegie a formação. Mas, já dispomos, neste momento, de condições favoráveis, por exemplo, nos centros de formação de língua portuguesa das instituições de ensino superior e de ensino não superior, que organizam cursos e dão formação a docentes, bem como no centro de formação entre a China e os Países

de Língua Portuguesa. São acções que merecem ser feitas e que estamos dispostos a promover.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Sr. Chefe do Executivo, Srs. representantes do Governo, Srs. membros do Conselho Executivo, Srs. Deputados:

Se não houver mais nada de especial para esta sessão extraordinária, temo que seja esta a última vez que aqui estou presente a dirigir os trabalhos.

Sou Deputado à Assembleia Legislativa desde 1984, já lá vão quase 30 anos. Depois da constituição da RAEM, graças à confiança depositada pelos Srs. Deputados, pude assumir as funções de vice-presidente da Assembleia Legislativa e, nestes últimos quatro anos, de presidente da Assembleia Legislativa. Pude contar com a colaboração e com o apoio dos colegas do Plenário, do Conselho Administrativo da Assembleia Legislativa, do Conselho Executivo e dos Serviços de Apoio da Assembleia Legislativa, razão por que aproveito esta oportunidade para apresentar os meus respeitosos agradecimentos a todos os Srs. Deputados e a todos os trabalhadores.

Ao longo dos vários anos, os trabalhos da Assembleia Legislativa contaram com o grande apoio do Sr. Chefe do Executivo e com a colaboração activa dos diversos Serviços Públicos da Administração. Pelas orientações e acompanhamento prestados pelos amigos dos meios de comunicação e por toda a população, apresento pessoalmente os meus votos de agradecimento.

Daqui a um mês, vai nascer a nova legislatura da Assembleia Legislativa e para os Srs. Deputados presentes aqui no hemiciclo que se candidataram às eleições legislativas, apresento-vos os meus votos de que continuem a desenvolver esforços e a darem um contributo em prol do benefício da população e do desenvolvimento de Macau.

Os meus cumprimentos de sucesso profissional e boa saúde a todos.

A nossa sessão termina por aqui.

Os meus agradecimentos a todos.

Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Mui estimado Sr. Presidente Lau Cheok Va, Srs. Deputados, caros colegas, Srs. amigos dos meios de comunicação:

O Sr. Presidente Lau já manifestou os seus sentimentos e, se não houver mais nada de especial para me dizerem, é a última vez que dirige os trabalhos desta câmara legislativa, sobretudo quanto a sessões de perguntas e respostas. Antes de mais, apresento, em nome do Governo da RAEM, os meus maiores agradecimentos ao Sr. Presidente Lau Cheok Va e aos Srs. Deputados pela atenção e apoio dispensados ao nosso trabalho. Aproveitava a oportunidade, hoje, para agradecer em especial ao Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Tenho o prazer de ser amigo e de trabalhar com o Sr. Presidente Lau há vários anos e sempre vi nele um professor e um amigo, ao longo do nosso relacionamento, especialmente desde os anos 90. Ele sempre acompanhou e dedicou-se pessoalmente ao meu trabalho.

Expresso grandes e sinceros votos de felicidades e que continue a dar-me boas opiniões e me apoie em prol da Macau que ele tanto ama.

Aproveitava também hoje, como é a última vez que estou presente numa sessão de perguntas e respostas desta legislatura da Assembleia Legislativa, para agradecer as muitas e preciosas opiniões da vossa parte e as respostas sinceras de todos, quanto ao trabalho e à acção governativa de mim próprio e da nossa equipa. Espero que, na próxima legislatura da Assembleia Legislativa, a nossa equipa se esforce igualmente no trabalho a desenvolver em

conjunto com a Assembleia Legislativa, em prol do desenvolvimento da RAEM.

Permitam-me, em nome do Governo, mais uma vez, que apresente os meus agradecimentos ao Sr. Presidente Lau Cheok Va e aos Srs. Deputados.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

